

# e-Spania

Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes

16 | décembre 2013 :

Literatura artúrica y definiciones del poder | La corruption dans les sociétés coloniales

Literatura artúrica y definiciones del poder en la edad media peninsular

## Lancelot e a recepção do romance arturiano em Portugal

JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA

---

### Résumés

Português Français

Um balanço sobre os estudos arturianos peninsulares que incidem sobre os romances que obtiveram mais divulgação em ambiente castelhano e galego-português, dando conta dos fragmentos de códices arturianos recentemente achados, introduz um inquérito à recepção activa destes textos, restringida ao ambiente português até ao final da Idade Média. O objectivo foi apurar como eram lidos esses romances e que aspectos eram privilegiados nessa leitura, tendo sido revisitadas e, em alguns casos, reinterpretadas ocorrências do conhecimento do romance arturiano em prosa nos trovadores do final do século XIII e início do século seguinte, em D. Pedro, Conde de Barcelos, na *Crónica do Condestabre*, em Fernão Lopes e em Rui de Pina. A conclusão a tirar é que esses romances se agrupavam numa totalidade narrativa que corresponde ao conceito que actualmente temos do Ciclo do Pseudo-Boron.

Cet article propose en premier lieu un bilan sur les études arthuriennes ibériques consacrées aux romans les plus connus dans les domaines linguistiques castillan et galaïco-portugais et à la description et l'évaluation de l'importance des fragments de livres manuscrits arthuriens récemment retrouvés au Portugal. Dans un deuxième temps, il mène à bien une enquête sur la réception active de cette littérature au Portugal au Moyen Âge. Le but de ce travail est de comprendre dans quel sens ces livres ont été lus et quels aspects cette lecture privilégiait-elle. Les informations transmises par les troubadours de la fin du XIII<sup>e</sup> siècle et du début du siècle suivant, par les œuvres du comte Pedro de Barcelos, par l'anonyme *Crónica do Condestabre*, par Fernão Lopes et par Rui de Pina ont été revues et parfois réinterprétées : de ces sources provenait la plupart des données qui permettent de conclure que ces romans se regroupaient dans une totalité narrative qui correspond à ce que nous appelons actuellement le Cycle du Pseudo Boron.

---

## *Entrées d'index*

**Mots-clés** : Cycle du Pseudo-Boron, Estória do Santo Graal, Fernão Lopes, Lais de Bretanha, Libro de Lançarote de Lago, Livro de Galaaz, Livro de Merlin, Livro de Tristan, Pedro de Barcelos

**Palavras-chave** : Ciclo do Pseudo-Boron, Estória do Santo Graal, Fernão Lopes, Lais de Bretanha, Libro de Lançarote de Lago, Livro de Galaaz, Livro de Merlin, Livro de Tristan, Pedro de Barcelos

---

## *Texte intégral*

- 1 A abordagem filológica do romance arturiano na Península Ibérica foi essencialmente marcada, desde os seus primórdios na segunda metade do séc. XIX até ao último quartel do século passado, pela presença e visibilidade de alguns romances que, conquanto imponentes, eram transmitidos por suportes muito tardios relativamente às versões francesas que lhes estavam na origem. Referimo-nos aos impressos castelhanos dos finais do séc. XV e da primeira metade do séc. XVI – duas edições aparentadas do *Baladro del Sábio Merlin*<sup>1</sup>e outras duas da *Demanda del Sancto Grial*<sup>2</sup>– a que se vinha juntar o texto português da *Demanda do Santo Graal* transmitido pelo manuscrito 2594 da Wien Osterreichische Nationalbibliothek, cuja notoriedade advinha de ter sido publicado muito cedo, conhecendo sucessivas edições até aos dias de hoje<sup>3</sup>.
- 2 A fortuna editorial, porém, não bafejou outros importantes textos preservados em cópias manuscritas, circunstância que não deixou de afectar seriamente a percepção corrente da constituição e do significado do universo arturiano em prosa ibérico. A versão portuguesa da *Estoire del Saint Graal* (cópia do séc. XVI contida no ms. 643 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa e designada no manuscrito «Livro de José de Arimateia»), permaneceu e permanece, para grande desalento de toda a comunidade dedicada a estes estudos, pacificamente inerte nos fólios do códice quinhentista português<sup>4</sup>, o mesmo tendo sucedido, até 2006<sup>5</sup>, com o *Lançarote do Lago* do ms. 9611 da Biblioteca Nacional de Madrid, igualmente cópia quinhentista, que, embora familiar aos mais importantes estudiosos, permaneceu por estudar a fundo durante todo o século passado<sup>6</sup>.
- 3 Mesmo na posse de um conjunto de informações que apontavam para uma circulação desses romances em épocas mais recuadas, este panorama textual teria forçosamente de levar os vários quadrantes da crítica a agir como se o romance arturiano em prosa tivesse tido, na Península Ibérica, uma recepção relativamente tardia<sup>7</sup>. A penúria de trabalhos de crítica textual, oriundos de meios académicos peninsulares, que tentassem enquadrar os textos ibéricos na tradição manuscrita francesa é uma consequência directa dessa percepção<sup>8</sup>.
- 4 É verdade que o recuo da data da circulação inicial dos romances arturianos em espaço peninsular conheceu um argumento de peso com a correcta identificação, em 1962, de um fragmento galego-português do *Livro de Tristan* por parte de José Luís Pensado Tomé<sup>9</sup>. Mas, lamentavelmente, o precioso fragmento sofreu depois uma prolongada ocultação<sup>10</sup>, sendo impossível prosseguir, em torno desse testemunho, um trabalho de averiguação codicológica ou paleográfica capaz de se traduzir em ideias com recorte seguro – e é sabido como é difícil sustentar hipóteses inovadoras e ousadas com apoio

unicamente em notícias indirectas, em alusões e em referências duvidosas, como sucedia até então.

- 5 É certo que um outro suporte para a confirmação do carácter cronologicamente recuado dos textos arturianos conhecidos provinha da natureza arcaica da linguagem em que se encontravam escritos tanto textos castelhanos como portugueses. Conquanto alguns estudiosos tenham apoiado a sua argumentação nessa ideia<sup>11</sup>, a verdade é que os tradutores galego-portugueses ou portugueses, bem como os castelhanos, podiam bem, na altura em que escreviam, ter optado por uma linguagem deliberadamente arcaica, baseados no estado de língua das muitas obras literárias escritas tanto em galego-português como em castelhano desde inícios do séc. XIII<sup>12</sup>.
- 6 Uma evolução decisiva nos estudos arturianos peninsulares deu-se com o aparecimento dos fragmentos de um *Livro de Merlin* galego-português na Biblioteca da Catalunha, publicados por Amadeo Soberanas já em 1979<sup>13</sup>. Por essa altura, esses estudos em Portugal e na Galiza eram praticamente inexistentes, e estavam, ambiente castelhano, demasiado centrados nos impressos do séc. XV e XVI para aquele achado ter suscitado um impacto imediato. Na realidade, foi essencialmente a sua edição em 2001, por uma equipa dirigida por Pilar Lorenzo Gradín e José António Souto-Cabo<sup>14</sup>, incorporando ainda o que era possível conhecer dos fragmentos do *Livro de Tristan* dados a conhecer por Pensado Tomé, que levou a comunidade a formar a convicção de que, na realidade, um conjunto apreciável de textos arturianos tinha circulado no ocidente peninsular desde cedo, pelo menos desde inícios do séc. XIV.
- 7 De facto, já o editor dos fragmentos do *Livro de Merlin* tinha adiantado a sua possível proveniência do *scriptorium* de D. Dinis, facto que uma observação recente, realizada por paleógrafos e historiadores familiarizados com a chancelaria régia desta época, veio a corroborar, embora conclusões definitivas sobre essa questão apenas sejam possíveis quando existir um conhecimento aprofundado da produção escrita dos *scriptoria* activos no tempo daquele rei de Portugal<sup>15</sup>.
- 8 A aquisição de uma consciência mais fundamentada sobre a temporã circulação peninsular dos romances arturianos em prosa veio, no entanto, a conhecer um reforço notório recentemente, com dois achados uma vez mais quase-arqueológicos, mas de uma importância substantiva pela diversidade de pistas para que apontam.
- 9 O primeiro ocorreu em 2007 com a publicação de um bifólio proveniente do Arquivo de Santo Tirso contendo uma porção da tradução galego-portuguesa da *Estoire del Saint Graal*<sup>16</sup>. Ainda que muito antigo, a colação revela que este manuscrito não pode ser o original da tradução nem mesmo se situa na linha da qual descende o ms. 643 do ANTT<sup>17</sup>, o que permite afirmar que essa tradução poderá ter ocorrido ainda no séc. XIII, aproximando-se assim da cronologia de Joan Vivas, o tradutor atribuído a esta obra no manuscrito da Torre do Tombo e repetido, como é sabido, na *Demanda* castelhana<sup>18</sup>.
- 10 O segundo achado é ainda mais recente e teve lugar em Coimbra há cerca de dois anos. Trata-se de duas tiras (semelhantes às dos fragmentos do *Livro de Merlin*) contendo quatro porções de texto, quase contíguas duas a duas, de um *Livre de Lancelot*, que reforçavam um livro jurídico impresso no séc. XVI. Paleograficamente é muito singular, já que se afasta substancialmente dos manuscritos franceses conhecidos desta obra, havendo contudo unanimidade, entre os especialistas consultados, sobre a sua cronologia, que é semelhante à dos fragmentos de Santo Tirso, ou seja, da segunda metade do séc. XIII ou

inícios do século seguinte<sup>19</sup>. Não podemos afirmar com absoluta certeza que a desarticulação do códice a que pertenceram ocorreu em Portugal e que os fragmentos se encontravam entre nós desde a Idade Média, mas não deixa de ser verdade que esse testemunho não têm paralelo em ambiente português, onde não há notícia de que o comércio deste tipo de pergaminhos fosse corrente ou sequer episódico. De salientar que todos os fragmentos pergaminhos encontrados ultimamente – e são muitos<sup>20</sup> –, pertencem a obras cuja circulação local está bem atestada, o que leva a pensar que também estes pertenceram a uma obra saída de um consumo ocorrido nessa região.

11 Porém, o que se torna mais relevante e notório é o facto de o texto contido nessas tiras não pertencer ao *Livre de Lancelot* que normalmente se identifica com a chamada Vulgata, mas sim a uma outra versão deste romance, representada por manuscritos como o 751 da BNF, que tem vindo a ser objecto de uma atenção particular nestes últimos anos. Ora esta versão é exactamente aquela que está na base da tradução castelhana contida no ms. 9611 da BNE<sup>21</sup>. Seria pelo menos uma enorme coincidência que umas tiras contendo uma porção do *Livre de Lancelot* encontradas em Coimbra pertencessem a uma versão tão específica como aquela que foi traduzida para castelhano, pelo que temos que assumir como possível, e até como provável, que estes fragmentos testemunhem um período de difusão ibérica do romance arturiano em prosa na língua original, anterior às versões já traduzidas ou até contemporâneo destas.

12 É verdade que continuamos a saber pouco sobre a tradução dos romances em prosa e menos ainda sobre a sua circulação ibérica. Em alguns casos, como o das atrás mencionadas *Estória do Santo Graal* e *Demanda do Santo Graal* (*Livro de Galaaz*)<sup>22</sup>, a existência de um só responsável pela tradução de ambos os romances – Joan Vivas – parece apontar para uma difusão a partir de uma única língua e de um único centro de tradução<sup>23</sup>; mas noutros casos é bem possível que uma prévia circulação dos romances em francês permitisse que a tradução viesse a ocorrer em pontos diversos, tanto para o galego-português como para o castelhano. Nem mesmo é de descartar a possibilidade de terem existido traduções diferentes e autónomas do mesmo romance, realizadas simultaneamente ou em épocas diferenciadas, embora até ao momento presente nada se possa adiantar que o confirme.

13 Os últimos achados vêm também revelar outros aspectos até aqui difíceis de formular. Embora a ideia da circulação de romances arturianos através dos portos marítimos, acompanhando as movimentações dos mercadores<sup>24</sup>, se nos afigure um tanto extravagante, sobretudo em épocas muito recuadas, parece óbvio que nada autoriza a que se pense que os romances arturianos que temos vindo a mencionar tivessem chegado à Península de uma só vez, devido a uma só iniciativa sem repetição no tempo. Apesar disso, não é menos verdade que, aqui e ali, é possível identificar focos de difusão que se mantiveram activos pelo menos durante algum tempo. Um desses focos parece ter sido Coimbra.

14 Repare-se que, segundo investigação recente atrás referida, o mencionado Joan Vivas, documentado entre 1240 e 1268, pertenceu a uma pequena linhagem de Coimbra, cujo membro mais importante foi Afonso Martins, sobrejuiz de Afonso III entre 1258 e 1262, data em que morre. Terão alguns membros desta linhagem acompanhado Afonso de Boulogne em França, facto que explicaria a razão pela qual um deles estava habilitado a traduzir do francês ao galego-português? Estamos de novo no mar das hipóteses, mas é uma possibilidade real. Por outro lado, o célebre *colofon* do ms. 643 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se refere que «João Sanchez mestre-escolla d’Astorga» terá mandado fazer a cópia do chamado «Livro de José de

Arimateia»<sup>25</sup>, contém indicações que apontam para que esse testemunho tenha sido executado em Coimbra, segundo defende Aires Nascimento com bons argumentos<sup>26</sup>. Aliás, é de crer que essa cópia não chegou a viajar para Astorga. De outro modo, dificilmente se compreenderia que viesse a ser recopiada, muitos anos mais tarde, de novo em Portugal. Por último, é de Coimbra que vêm os referidos fragmentos A19 da BGUC do *Livre de Lancelot*, que nem sequer se encontram isolados, porque a antiga biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz possuía mais um exemplar do *Lancelot del Lac*, embora tal indicação esteja inserida no catálogo dos livros impressos. Atendendo à centralidade de Coimbra no contexto do reino de Portugal em pleno séc. XIII e ainda na primeira metade do século seguinte, com a frequente presença da corte régia e dos mais fortes grupos senhoriais, uma fase de difusão do romance arturiano a partir deste ponto geográfico e cronológico afigura-se como muito possível.

## Matéria e estórias

- <sup>15</sup> Traçado este panorama – o possível embora sempre muito lacunar –, é a vez de tentar apurar como se configuravam as *estórias* a que os públicos da época tiveram acesso e que aspectos foram privilegiados pela recepção que é possível documentar. Limitaremos, por agora, a nossa atenção ao espaço português, donde provêm os mais antigos testemunhos directos, esperando mais tarde estender o nosso inquérito à Galiza e, sobretudo, ao vasto espaço castelhano. Assim, a *Estória do Santo Graal*<sup>27</sup> e o *Livro de Merlin* (nele incluída a designada «Suite Pseudo-Boron»)<sup>28</sup> revelam a sua existência através de fragmentos de códices extensos que se situam entre o final do séc. XIII e o início de século seguinte. Tanto um como outro texto conhecerão redacções ou derivados tardios que permitem o acesso a parte do respectivo conteúdo. A presença do *Livro de Lancelot* poderá atestar-se, embora tal não seja inteiramente seguro, por um fragmento anterior à tradução, pertencente à mesma família textual da redacção castelhana do séc. XVI contida no ms. 9611 da BNM, esta última possuidora de uma importância tremenda no panorama ibérico desta literatura. Já para o *Livro de Tristan* estamos limitados ao testemunho directo do fragmento do Archivo Histórico Nacional de Madrid, que parece provir do espaço galego. Aliás, um tanto ironicamente, o *Livro de Tristan*, que terá sido o romance mais lido e seguramente mais referido ao longo da Idade Média<sup>29</sup>, é sem dúvida o menos representado no panorama da tradição manuscrita, tanto portuguesa como galega ou castelhana<sup>30</sup>. Muito mais animadora, a tradição do *Livro de Galaaz*, texto final do ciclo contendo a *estória* de Galaaz e a morte do rei Artur – o mais conhecido dos livros arturianos ibéricos –, apenas se testemunha, no entanto, por redacções tardias, portuguesas e castelhanas, com a designação *Demanda do Santo Graal*<sup>31</sup>.
- <sup>16</sup> Desde há já alguns anos que vimos defendendo<sup>32</sup> que não só estes «livros» (a que actualmente chamamos «romances»...) estiveram presentes no ambiente ibérico desde muito cedo, como formavam uma narrativa unitária e era com esse estatuto, de narrativa em que cada parte remetia sistematicamente para o todo, que o público medieval os entendia. Propusemo-nos manter para este conjunto a designação tradicional «Ciclo do Pseudo-Boron», mesmo sabendo que esta ou qualquer outra implica a criação inevitáveis equívocos<sup>33</sup>.
- <sup>17</sup> Isto não significa que toda esta narrativa pudesse ser lida de um só fôlego, ou que fosse fácil, mesmo aos mais abastados, possuir todos estes livros em bloco. Por se dividirem em unidades com alguma autonomia, a tendência para a

fragmentação dessa totalidade era inevitável<sup>34</sup>. Uma breve observação revela que, na Idade Média peninsular, uns eram possuidores de uns livros, outros de outros. Nem a biblioteca de Isabel, a Católica, os tinha todos, embora fosse a mais recheada<sup>35</sup>.

18 Do ponto-de-vista do conteúdo, essa *estória* começara por ser a de um rei da Grã-Bretanha que outras fontes consideravam um monarca de grande soberania e poder militar – o rei Artur<sup>36</sup>. Mas, nos livros arturianos em prosa, a deriva da narrativa estava longe de manter essa imagem eufórica de Artur. No texto central a partir do qual se irá formar a matéria cíclica, Artur comete como que um «pecado original» da realeza ao abandonar o seu melhor vassalo às mãos dos inimigos, donde este virá a conhecer a morte, naquela que é a cena inaugural do *Livro de Lancelot*. As centenas de fólios que irão constituir o conjunto da *estória* estarão definitivamente condicionadas, do ponto de vista da lógica narrativa, por este episódio estrategicamente localizado.

19 É daqui que decorre a condição de *povre chevalier* atribuída a Lancelot, que entretanto crescera na sombra protectora da dama do Lago, vindo este cavaleiro, mais adiante, numa ironia corrosiva que estará sempre bem presente, a ser o salvador do reino face aos ataques daquele que se apresenta como um candidato a monarca incomparavelmente mais virtuoso do que o rei Artur. Referimo-nos a Galeholt.

20 Colocada nestes termos, a *estória* não mais seria do que uma apologia do serviço de um cavaleiro ao seu rei, numa postura submissa e sem outra glória que não a militar. Mas, como sabemos, a motivação do cavaleiro não é a do serviço na sua dimensão militar, mas sim a do amor à rainha e à posse do seu corpo, numa atitude de desafio à dignidade régia que ambigualmente oscila entre o implícito e o declarado. Realeza *versus* cavalaria, num complexo jogo de supremacias onde à superfície o rei mantém a sua dignidade e o cavaleiro a sua humilde condição, mas, nas entrelinhas, o rei vai acumulando erros e vícios<sup>37</sup> enquanto o cavaleiro se adorna com as virtudes das armas e do amor.

21 É verdade que a continuação cíclica irá pôr em causa este equilíbrio de forças, colocando definitivas reservas à relação amorosa de Lancelot com a mulher do rei e anunciando, desde muito cedo, que a condição de melhor cavaleiro do mundo, que lhe era atribuída, viria a ser, por isso mesmo, posta em causa. Mas a estratégia concebida por quem idealizou a expansão cíclica do primitivo *Livre de Lancelot*<sup>38</sup> está longe de condenar radicalmente o cavaleiro epónimo, e muito menos de desvalorizar a condição cavaleiresca por ele representada. Na realidade, se é verdade que se projecta a superação do pai pelo filho a vir, qual Cristo que repete e redime David<sup>39</sup>, os construtores do ciclo planearam construir uma memória genealógica de ambos, que os transformará em aflorações no presente de um passado que se enraíza nos tempos de Cristo. Mais ainda, através de um texto construído explicitamente para fundamentar tal ideia<sup>40</sup>, essa linhagem escolhida («precioso linhagem») é uma emanção da vontade de Cristo para que a ordem cavaleiresca do mundo se cumpra no tempo do rei Artur.

22 Quando, mais adiante, se reunir a Távola Redonda antes do início da «darraine queste» – a última das aventuras, a do Graal –, Artur não terá ao seu lado apenas o cavaleiro que clandestinamente o ofende, mas sim uma poderosa linhagem existente desde os inícios da ordem cristã e cavaleiresca do mundo, que acabará, inevitavelmente, por colher o êxito dessa última empresa através de Galaaz, o seu melhor representante<sup>41</sup>. A secundarização de Lancelot trará consigo a definitiva e esmagadora supremacia da linhagem de Lancelot, cujo

favor divino será tal que quase fará esquecer que também Artur, nos tempos do seu conselheiro e mago, fora investido na condição régia por vontade de Cristo.

23 Com a progressão da sua redacção, o ciclo passa imperceptivelmente da apologia do cavaleiro individual à manifestação da supremacia social de uma linhagem de cavaleiros, dando corpo a uma autêntica idealização da função guerreira da aristocracia. E repare-se que a adjunção da matéria tristaniana ao ciclo vem reforçar mais ainda esta vertente da apologia do poder dos grandes cavaleiros, já que Tristan se apresenta como um duplo de Lancelot sobre o qual não impende a mesma censura, porque a sua amada é mulher de um rei vil que virá a ser perseguido por Galaaz e morto por um cavaleiro da linhagem de Lancelot, sendo depois enterrado fora de solo segrado<sup>42</sup>.

24 No ciclo que maior presença adquiriu em solo ibérico, Tristan entrará no mundo arturiano salvando a vida ao rei Artur quando este era vítima de mais uma das suas aventuras amorosas, num episódio estrategicamente recordado na parte final do *Lançarote de Lago*<sup>43</sup>. Esse episódio confere ao cavaleiro recém-chegado a função de pilar de sustentação da realeza arturiana, à semelhança do que sucedera com Lancelot bem lá atrás, estendendo inevitavelmente o predomínio aristocrático sobre o conjunto da *estória*<sup>44</sup>.

## A recepção em auxílio da reconstituição do universo textual

25 Cabe agora perguntar se os públicos ibéricos, sobretudo nessa fase inicial, entendiam a *estória* do modo como a esboçámos ou de outro modo. De acordo com as teorias que parecem reunir aprovação maioritária, ou apenas adesão passiva, o ciclo arturiano ibérico ter-se-ia restringido a um conjunto limitado de romances que excluirmos o *Livre de Lancelot* e também o *Livre de Tristan*. Segundo Fanni Bogdanow, cuja teorização se tornou de referência, esse pequeno ciclo desinteressara-se inteiramente da figura de Lancelot para se centrar apenas no rei Artur e no seu infausto destino. Na realidade, tal ciclo, refeito e encurtado, seria mesmo, nas suas palavras, uma autêntica «arturiada». Por outro lado, a mesma investigadora designou o ciclo ibérico pela expressão «Roman du Graal», o que dá a entender que a temática do Graal seria dominante nesse pequeno ciclo, não sendo todavia explicado como é que temáticas tão distintas se ajustariam numa totalidade narrativa com um mínimo de coerência<sup>45</sup>.

26 Na realidade, uma observação atenta revelará que tal ajustamento é manifestamente inviável, sobretudo quando sabemos que a base de toda a *estória* é Lancelot, o seu trajecto, os seus antecedentes e o seu devir. Na realidade, por que razão se terão os redactores de tal ciclo dado ao trabalho de relatar, na «Suite du Merlin», os antecedentes da Dama do Lago para de seguida abolirem totalmente a personagem do papel de educadora e principal adjuvante de Lancelot no romance que relata o fundamental da biografia deste cavaleiro? Com que propósito terão os redactores de tal ciclo, nos episódios finais do mesmo texto, tido a extravagante ideia de promover a figura do Morholt para depois a abandonarem completamente, rompendo a continuidade com a narrativa da derrota deste cavaleiro por Tristan, momento fulcral na aproximação do sobrinho do rei Marc a Iseu?

27 Por outro lado, Lancelot é personagem central na *Estoire del Saint Graal* porque a linhagem aí dominante é aquela que será a sua; é também

personagem central na busca do Graal porque é nessa altura que se transforma no cavaleiro objecto de todas as censuras e de ostensiva subalternização; e é finalmente personagem central em toda a narrativa da morte do rei Artur porque é a delação de Agrevaim, que porá à vista de todos o seu caso amoroso com a rainha, que irá precipitar os trágicos acontecimentos que culminam com o fim da Mesa Redonda. Qual o sentido de fazer entrar tal personagem em cena apenas numa fase arbitrariamente intermédia do seu percurso, quando há duas mulheres que o disputam sem nada sabermos das respectivas motivações ou até identidades, não havendo qualquer ponto da narrativa em que se proceda à recuperação da muita e relevante informação perdida, decorrente da anulação dos romances biográficos de Lancelot e de Tristan<sup>46</sup>? É claro que para o leitor actual, que conhece o enredo de todos os romances, tal informação é um dado adquirido. Mas como se comportaria o público medieval perante tais lacunas e descontinuidades? Como iria suprir as falhas gritantes da lógica narrativa de um ciclo assim concebido?

<sup>28</sup> A nosso ver, a organização narrativa proposta para o dito «Roman du Graal» tem demasiados pontos débeis para poder ser aceite enquanto totalidade coerente, sobretudo quando sabemos que há testemunhos que apontam para uma realidade cíclica diferente, como sucede com o *Lanzarote de Lago*, que explicitamente convoca, na sua parte final, a leitura consecutiva do *Livro de Tristan* e, em pontos já perfeitamente identificados, remete para os restantes textos do ciclo, nomeadamente os *Livro de Merlin* e *Livro de Galaaz* ibéricos<sup>47</sup>.

<sup>29</sup> Ora, a resposta às questões colocadas quanto ao comportamento dos públicos coevos perante a *estória* pode constituir uma outra forma de ir ao encontro do modo como se organiza a totalidade cíclica. Interrogando os leitores e as suas leituras, poderá alcançar-se uma ideia de como se compunha esse universo narrativo, de quais eram os atributos mais valorizados em cada personagem e de qual o sentido dos enredos a que esses públicos iam tendo acesso, embora esta abordagem esteja sujeita ao carácter aleatório da sobrevivência de tal tipo de testemunhos. Esta situação, aliás, não é muito diversa da que se verifica em qualquer campo da literatura medieval, mesmo sabendo que o romance arturiano teve uma difusão muito vasta e permanente até à entrada da Idade Moderna, quando os «libros de caballerias» definitivamente lhe ocupam o espaço. Ainda assim, gostaríamos de retomar o conjunto de referências explícitas às personagens e enredos do romance arturiano em prosa que pudemos apurar em obras diversas do espaço português (da poesia trovadoresca aos livros de linhagens e à historiografia), porque mostram com alguma clareza quais os temas e personagens que andavam, dentro dos limites da Idade Média, mais regularmente associados à evocação deste universo ficcional.

<sup>30</sup> Interessar-nos-ão sobretudo os fragmentos textuais que denotam uma recepção activa, reveladora de alguma forma de entendimento das personagens arturianas e respectivos enredos, o que implica deixar de lado referências ocasionais a nomes próprios arturianos desligados do contexto narrativo ao qual pertencem, como ocorre frequentemente com os inquéritos sobre onomástica. É a literatura em geral como elemento de recepção da matéria arturiana que estará debaixo das atenções nas considerações que alinhámos seguidamente.



## Dos testemunhos trovadorescos a D. Pedro, Conde de Barcelos

31 De acordo com os rumos traçados pela crítica ao longo dos últimos anos, a recepção do romance arturiano em prosa teria tido início com Martin Soares que, numa conhecida composição, aludiria paronomasticamente a um episódio do *Livro de Lancelot*<sup>48</sup>. Também Gonçalo Anes do Vinhal e Afonso X teriam evocado episódios provenientes desse manancial narrativo em momentos diversos<sup>49</sup>. Mesmo que essa possibilidade se verifique, o que não é certo, tais alusões são vagas e carentes de precisão e de exactidão, sendo de escassa utilidade para os nossos propósitos.

32 Assim, a recepção do ciclo em prosa atesta-se, com boa dose de certeza, a partir dos cantares trovadorescos de Estevam da Guarda e de Fernand'Esquio, que reproduzimos de seguida<sup>50</sup>. No primeiro, o trovador faz uma comparação precisa entre a morte de amor de um tal Martin Vasques e a de Merlin maquinada por Viviana, a dama do Lago, conforme se narra numa parte já adiantada da continuação do Merlin («Suite du Merlin»), parte integrante do *Livro de Merlin* que foi conhecido na Península Ibérica.

33 No segundo cantar, Fernand'Esquio compara o cavalo a que teria direito, mas que suspeita nunca vir a receber, com a conhecida Besta Ladrador, numa atitude de ironia escarninha que enfileira sem desvios na tipologia dos hábitos discursivos mais correntes entre os trovadores galego-portugueses ao longo de cerca de século e meio.

Dise hum infante ante sa companha  
que me daria besta na fronteyra,  
e non será já murzela nem veira,  
nem branca, nem vermelha, nem castanha;  
pois amarela nem parda nom for,  
a pram será a *Besta Ladrador*  
que lh'aduran do reino de Bretanha.  
(Fernand'Esquio, B 1607, V 1140)

34 Se no primeiro caso é fácil situar o texto e o seu autor – Estevan da Guarda é um dos membros bem conhecidos da corte de D. Dinis e o episódio citado tem uma proveniência que não suscita dúvidas<sup>51</sup> –, no segundo caso nem o trovador é localizável com a mesma facilidade nem o texto a que se refere se identifica com a mesma clareza. Com efeito, Fernando Esquio parece ser galego, apenas havendo a possibilidade de ter frequentado a corte de D. Dinis<sup>52</sup>. Caso o não tenha feito, será o único testemunho elencado proveniente de um espaço geográfico não-português, onde todavia ocorrerá isolado. Também o romance a que se refere não é seguro. Se é certo que a Besta Ladrador é uma figura bem conhecida do *Livro de Galaaz* («Demanda do Santo Graal»), onde se narra nomeadamente a sua morte, há que não esquecer que é no *Livro de Tristan* que tal animal surge, bem como a personagem Palamedes à qual anda indissoluvelmente ligada<sup>53</sup>.

35 Seja como for, estes dois textos, cuja cronologia poderá ser muito recuada – situar-se-ão entre os fins do séc. XIII e a parte inicial do século seguinte – traçam já um perfil de recepção muito curioso porque evocam três romances, a saber, o *Livro de Merlin* (seguramente) e o *Livro de Galaaz* ou o *Livro de Tristan*, que irão situar-se a partir daqui, ao que parece, numa relação diegética estreita que estará destinada a aprofundar-se e a estender-se a outros livros de grande relevo para a matéria arturiana em prosa, como veremos seguidamente.

- 36 Anote-se também que o ambiente galego-português é dominado até muito tarde pelas manifestações literárias trovadorescas, e isso justifica que seja nessa sede que é possível rastrear os primeiros elementos de recepção activa de uma literatura tão diferente na forma e no fundo como é o romance arturiano em prosa. Os meios sociais mais afeitos ao uso da língua vulgar exprimiam-se essencialmente por meio do cantar trovadoresco, o que será ainda verdade até bem adiantado o século XIV quando D. Pedro, III Conde de Barcelos, prossegue e conclui o seu labor de compilação de mais de século e meio de actividade trovadoresca. Ora é exactamente o filho de D. Dinis a personalidade responsável pela cópia de alguns dos textos que mais eloquentemente ilustram o conhecimento e a leitura do romance arturiano em prosa. Referimo-nos aos «Lais de Bretanha» que encabeçam o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (B), cinco composições que se podem ainda ler numa outra cópia pertencente, tal como a primeira, ao espólio do humanista italiano Angelo Colocci<sup>54</sup>.
- 37 Para além da designação que lhes é atribuída pelo compilador, que denota já uma interferência séria de hábitos literários provenientes do romance arturiano no contexto trovadoresco, este conjunto de textos resulta ora da tradução de poemas já presentes no *Tristan en Prose*, o que sucede com a primeira (B1/L1), terceira (B3/L3) e quarta (B4/L4) composições<sup>55</sup>, ora de exercícios poéticos originais que tomam como ponto de partida cenários precisos do *Livro de Merlin*, como sucede com a segunda (B2/L2)<sup>56</sup>, obedecendo à combinatória diegética a que atrás aludimos, a qual parece ter obtido um favor seguro nas primeiras gerações que efectuaram a recepção do ciclo arturiano no ocidente ibérico. Mais ainda, como aponta Pilar Lorenzo Gradín num estudo publicado no presente volume, entre os episódios citados a partir do *Livro de Tristan* e os provenientes do *Livro de Merlin* parece desenhar-se um alinhamento diegético que leva pelo menos a pensar que os receptores não se equivocavam quando consideravam que entre a parte da pré-história tristaniana e a narrativa do *Livro de Merlin* havia uma lógica continuidade. Ou seja, vários livros mas uma só história...
- 38 É também neste conjunto de textos trovadorescos anómalos, onde a matéria arturiana irrompe, deslocando a arcaica linguagem trovadoresca, que a personagem em torno da qual se organiza toda a construção cíclica, Lancelot, faz a sua primeira aparição segura na epígrafe que acompanha a quinta composição (C5/L5):
- Este laix fezeron donzelas a dom [L]ançaroth quando estava na Ínsoa da Lidiça, quando a Rainha Genevra [o] achou com a filha do Rei Peles, e lhi defendeo que nom parecese ant'ela<sup>57</sup>.
- 39 É possível que a cena evocada, em que Lancelot se prepara para terminar um período de loucura originado pela expulsão da corte a que havia sido sujeito por Genevra, tenha em vista apresentar o cavaleiro como um exemplo mais do amor enquanto lugar de privação e de sofrimento, ajustando-o àquilo que é a pauta mais comum na linguagem amorosa galego-portuguesa. Mesmo assim, Lancelot é aqui escolhido como um exemplo de amador, papel que parecia ser desempenhado essencialmente por Tristan, com a episódica intromissão de Merlin.
- 40 Em que medida terá havido aqui a mão autoral do Conde de Barcelos é algo que nunca saberemos, mas parece cada vez mais certo que essa mão está presente na preservação destes textos, com os seus intentos e a sua vontade, de tal maneira que nos parece ser plausível afirmar que, em ambiente ibérico

ocidental, é D. Pedro Afonso quem verdadeiramente encara pela primeira vez a figura de Lancelot enquanto amante da rainha.

41 Tem-se dado como seguro que o filho de D. Dinis promove a confecção do seu livro de linhagens por volta de 1340 e fará compor a sua crónica em 1344<sup>58</sup>. Independentemente de as cronologias destas obras poderem ser mais complexas, contemplando cada uma delas várias fases de redacção<sup>59</sup>, nada existe que permita afirmar que sejam anteriores a essas datas. Ora, em ambas o Conde também dá testemunho da sua familiaridade com o romance arturiano em prosa. Tendo em atenção a natureza historiográfica ou para-historiográfica destas obras, a selecção de personagens e de episódios arturianos nelas operada virá a obedecer a outros critérios que não o da relevância em matéria amatória. De tal modo assim é, que o Conde entendeu não desprezar as indicações contidas no *Livro de Galaaz* sobre o devir longínquo da matéria arturiana que a levaria a entroncar na matéria carolíngia. Assim, aproveita para o seu livro de linhagens uma referência da parte final do episódio do «chastel felon» que indica que Carlos Magno viria no seu tempo a passar por aquele local, referência que é de algum modo reiterada na parte desse livro consagrada à morte do Rei Artur<sup>60</sup>. A narrativa da parte final do ciclo parece, aliás, ter-lhe suscitado uma atenção particular.

42 Com efeito, no *Livro de Linhagens*, o Conde D. Pedro, seguindo a sua fonte principal para essa parte do texto – uma versão extensa do *Libro de las Generaciones* que por sua vez usa o *Roman de Brut*, de Benoît de Saint Maure<sup>61</sup> – atribui um estatuto histórico ao Rei Artur, ao seu reinado e à sua história, fazendo terminar essa narrativa com a batalha na qual o velho rei e o seu filho Morderet se matam mutuamente. Mas acrescenta algo que não estava na sua fonte, que é a morte de Galvam às mãos de Lançarote de Lago: «E morreo Galvam, o filho de rei Artur, de ãa espadada que tragia sobresaada, que lhe dera Lançarote do Lago, quando entrara em reto ante a cidade de Ganes»<sup>62</sup>.

43 Embora a referência siga quase textualmente o que se pode ler no *Livro de Galaaz*, não pode escapar que é o único ponto do romance arturiano em prosa que o Conde entendeu aproveitar no seu livro de linhagens, tal como fizera na sua crónica para com Carlos Magno<sup>63</sup>. O vasto enredo do conjunto do ciclo não parece ter sido pertinente para esta sede. Ora, não é inocente nem isenta de propósitos esta breve chamada de atenção para o cavaleiro que termina o seu trajecto opondo-se ao seu rei, contribuindo de forma decisiva para o afundamento da Távola Redonda e do brilhante mundo arturiano. Neste contexto, também não se deve omitir que Galvam é o sobrinho mais próximo do rei, aquele que já noutra contexto substituíra o tio e que, no fim, defenderá a sua causa até à morte.

44 Interessante também, embora não da responsabilidade do Conde, é que os textos a que teve acesso sejam aqueles que mais definitivamente estabelecem uma ligação causal entre o golpe recebido por Galvam no duelo com Lancelot e a sua futura morte, ao contrário do que sucede na *Mort Artu* do Ciclo da Vulgata, sem dúvida o texto mais conhecido e divulgado sobre esta matéria, em que tal ligação é diluída a ponto de perder qualquer eficácia<sup>64</sup>. Na sua brevidade e segura, as palavras do Conde, pelo contrário, tendem a acentuar essa causalidade, de tal maneira que aquilo que se lê no seu texto é muito próximo da afirmação segundo a qual Lancelot foi o responsável pela morte do sobrinho predilecto do rei.

45 No contexto de um livro genealógico e na parte consagrada às genealogias régias, nas quais irá entroncar Carlos Magno, mesmo não havendo da parte do Conde um comentário da sua lavra, não parece que esta alusão tenha implícita

uma avaliação muito positiva da figura de cavaleiro representada por Lancelot. Se, além disso, tivermos presente a evocação da condição de amador ilícito da rainha, que surge num dos *lais* que comentámos atrás, não restará dúvidas de que o Conde foi capaz de identificar os pontos da biografia de Lancelot em que este cavaleiro mais hostil se mostrou para com a realeza de Artur.

## Fernão Lopes e o romance arturiano

46 Na realidade, se o rastreio da presença de cenários arturianos na literatura portuguesa medieval é uma tarefa difícil, dada a exiguidade de ocorrências registadas, não é menos verdade que tal exercício é profundamente revelador do modo como essa literatura era lida, assimilada e reproduzida em contextos narrativos mais recentes. Nesse domínio, o testemunho de Fernão Lopes é singularmente o que mais rico se revela.

47 Ao contrário do que sucede com o Conde de Barcelos, cuja obra historiográfica ou genealógica possui uma inserção universal que facilita a apropriação da narrativa global arturiana e, logo, de alguns cenários e narrativas que lhe são particulares, o grande historiador quatrocentista dedicase a uma história exclusivamente nacional, centrada apenas no reino e nas suas vicissitudes. Nada induz a que faça alusão à matéria arturiana, a não ser que deliberadamente ache útil fazer uso das suas personagens e enredos como forma de evocação exemplar ou de comparação amplificadora com os elementos da narrativa quase contemporânea que vai tecendo. Que proceda de tal modo repetidamente é bem um sintoma do ambiente cultural vivido nos meios que retrata e de quanto neles a matéria arturiana tinha penetrado, a ponto de se tornar próxima e significativa. Só essa familiaridade explica que o grande cronista possa iniciar um capítulo exclamando que os heróis recentes podiam facilmente ultrapassar os cavaleiros arturianos de outrora: «D'oge mais nom compre que se leam as proezas de *Tristam* e de *Lamçarote*, mas fallemos no esforço de Martym Vaasquez da Cunha»<sup>65</sup>. Veremos mais adiante como estas alegações do grande cronista lhe conferem um posicionamento político-ideológico com marcas surpreendentes...

48 No entanto, o passo da *Crónica del-Rei D. João* mais frequentemente citado no tocante ao conhecimento do romance arturiano é o que surge logo no início da biografia de Nuno Álvares Pereira, quando é proposto ao futuro Condestável um projecto de casamento que ele se dispõe a não aceitar, seguindo nessa opção Galaaz, cuja recusa de qualquer relação com mulheres – matrimoniais ou outras – é apresentada como modelo a seguir:

[...] mas liia ameude per livros destorias, espeçialmente da estoria de *Gallaaz* que falla da Tavolla Redomda. E porque em ellas achava que per virtude de virgüidade *Gallaaz* acabara grandes e notavees feitos, que outros acabar nom podiam, desejava muito de o semelhar em algüa guisa [...]<sup>66</sup>.

49 Ao que sabemos, a força de D. Nuno para fazer valer a sua vontade acabou por se revelar muito menor do que a do filho de Lancelot, acabando o casamento com Dona Leonor de Alvim por se consumir logo de seguida. Como é sabido, este excerto comparece também, de uma forma literalmente muito próxima, na *Crónica do Condestabre*, narrativa biográfica da qual se conhece actualmente apenas um exemplar impresso do século XVI<sup>67</sup>. Não nos custa seguir a opinião mais corrente, segundo a qual Lopes terá tido esse texto como fonte, cuja redacção teria de ser anterior a 1443<sup>68</sup>.

50 Seja como for, do ponto de vista que nos interessa de momento, ambos os textos apresentam o mesmo conteúdo, sendo relevantes pelas mesmas razões: alusão à leitura por parte do herói de «estórias» de cavalaria; Galaaz encarado como um expoente militar cuja *proeza* ficaria, em grande medida, condicionada pela sua opção pela castidade. Relembre-se que a associação de D. Nuno à ideia de um chefe militar que nunca foi vencido é permanente ao longo das duas crónicas referidas. Conquanto seja sedutora, para o leitor actual, ideia de que a evocação de Galaaz poderia estar associada a outros aspectos da sua biografia, o que é facto é que os textos frustram essas expectativas, retendo da personagem apenas a sua vertente militar<sup>69</sup>.

51 Ainda em ambiente predominantemente militar surge um outro *simile* arturiano na crónica de Fernão Lopes, talvez o que contém uma mais extensa enumeração de personagens, embora alguma complexidade na problemática textual dificulte a identificação de todas elas. Voltámos à na fase posterior a Aljubarrota e à entronização régia de D. João I, quando as forças portuguesas procuram tomar Cória, embora sem inicialmente conhecerem grande sucesso. É então que Lopes faz o rei proferir palavras algo duras para os seus homens, que terão uma pronta resposta da parte do cavaleiro Mem Rodrigues de Vasconcelos:

*Gram mjnqua nos fezerom oge este dia aquy os boons caualleiros da Tauolla Redomda, ca çertamente se elles aquy foram, nos tomaramos este lugar. Estas pallauras nom pode ouujr com paçiemçia Meem Rodriguez de Vascomçellos, que hij era com outros fidalgos, que logo nom (?) respondeo e disse: Senhor, nom fezerom aquy myngua os caualleiros da Tauolla Redomda; ca aquy estaa Martyn Vaasquez da Cunha que he tam boom come dom Galluaam, e Gonçallo Vasquez Coutinho que he tam boom come dom Tristam, e ex aquy Joham Fferrnandez Pacheco que he tam bom come Lançarote, e assy doutros que uio estar açerca, e ex-me eu aquy que valho tamto como Dom Quea. Assy que non fezerom aquy mingua esses caualleiros que dizees, mas feznos a nos aquy mingua o boom rey Artur, senhor delles, que conheçia os boons servidores, fazemdo-lhes muytas mercees. E El-Rey, vemdo que o auyam per emjuria, respondeo emtom e disse: Nem eu esse non tiraua afora; ca assy era companheiro da Tauolla Redomda come cada huum dos outros<sup>70</sup>.*

52 Na realidade, a ficção arturiana era de tal modo conhecida e entrara tanto nas referências do quotidiano militar cavaleiresco português que se tornou mesmo possível ao escritor estabelecer uma correspondência sistemática entre cada cavaleiro e um membro destacado da corte arturiana. De notar a comparência quase obrigatória de Lançarote e de Tristan, que apontam para uma difusão desta matéria predominantemente a partir do *Livro de Tristan*, sem excluir, obviamente, os outros romances do *Ciclo do Pseudo-Boron* onde os dois cavaleiros contracenam com frequência. Não é certa a presença de Galaaz neste lote, embora nada possamos afirmar de concreto com fundamento em critérios de crítica textual. Simplesmente, a participação de Galaaz em empresas colectivas ao lado do rei e dos restantes membros da Tavola Redonda é episódio tão raro no *Livro de Galaaz* que nos parece provável que, neste contexto, a opção por «Galvam» talvez seja a que melhor traduz a vontade do autor. A presença de Queia, o senescal do rei Artur, por seu lado, é mais problemática, já que não é de modo algum uma personagem de proa do *Livro de Tristan* mas sim do *Livro de Lancelot*, como veremos de seguida. De notar ainda que a resposta final do rei D. João, recuando na censura aos seus cavaleiros e declarando que, se a sua figura fosse comparável à do rei Artur, pelo menos faria parte da nobre Távola Redonda, denota um ambiente de fraternidade e unidade militar ainda muito longe das fracturas político-linhagísticas típicas do final do ciclo, ditadas pela morte de Tristan às mãos do

rei Marc ou pela denúncia pública do caso amoroso entre Lancelot e a rainha. Tal como está redigido, o episódio parece de novo remeter mais para o coração dos romances «biográficos» dos dois grandes cavaleiros Lancelot e Tristan do que para os enredos específicos dos livros finais ou iniciais do ciclo<sup>71</sup>.

53 O episódio lopiano que mais complexa problemática suscita é, porém, um outro, situado no período posterior à entronização de D. João I (tal como o anterior e também o primeiro que mencionámos), no contexto das campanhas militares de delimitação e de pacificação do território português cuja fidelidade ao novo poder se procura a todo o custo. O cenário é o norte do reino de Portugal, e o local, Ponte de Lima. Tendo já a vila tomada por astúcia e cumplicidade dos seus partidários, D. João depara-se com a resistência de Lopo Gomes de Lira, cavaleiro partidário do rei de Castela. Ao tentar demovê-lo, utilizando para isso a intermediação de Gonçalo Lopes de Goyaães, vê frustrada essa iniciativa porque o intermediário escolhido se coloca também do lado do seu opositor. Perante tal quadro, o rei dá ordem para atacar, mandando atear fogo às portas da torre, determinado a supliciar os insubmissos e decidindo manter essa deliberação mesmo quando os sitiados bradavam de aflição, deixando claro que se rendiam. Prontamente se levantam entre os partidários do eleito rei de Portugal vozes contra o massacre em perspectiva, até porque na torre se encontrava também a mulher de Gonçalo Lopes que evidenciava estar grávida. Perante a insistência dos apelos, o rei dá ordem para evacuar os sitiados, permitindo-lhes escapar com vida.

54 É nessa altura, quando os partidários do rei de Castela saíam já da torre, que um escudeiro se dirige a Gonçalo Lopes, travando-se entre os dois o seguinte diálogo:

*Se uos sodes Lamçarote do Lago, disse Gonçalo Lopes, eu som Quea o deribado*<sup>72</sup>.

55 Repare-se que, desta vez, não parece ter havido da parte do cronista uma vontade deliberada de estabelecer evocações e paralelos dignificantes com personagens arturianas, mas tão somente o aproveitamento do facto de o escudeiro ter por nome «Lamçarote» para investir o diálogo entre os dois de um conteúdo todo ele centrado na questão da lealdade vassálica. É a própria fala do escudeiro que revela ao leitor que ao nome que lhe haviam dado estava associada uma lealdade duvidosa ao rei, que ele prontamente afasta de si, até porque o contexto da acção exige que não restem dúvidas acerca de qual a sua fidelidade. Parecendo entender perfeitamente o que estava subentendido, Gonçalo Lopes assume inteiramente a comparação da sua pessoa com uma outra personagem arturiana, escolhendo para isso o, à primeira vista, muito insólito «Quea», apodando-o de «o deribado».

56 Poderá pensar-se que Lopes tinha em mente um dos episódios iniciais do *Lancelot* de Chrétien de Troyes, onde Keu é de facto derrubado quando pretende ir em perseguição do raptor da rainha Guenièvre, estabelecendo neste ponto um paralelo entre o cavaleiro e a personagem arturiana. Mas isso suporia que esse episódio era do conhecimento dos meios cavaleirescos do final da Idade Média em Portugal, possibilidade que nunca foi até hoje colocada por total ausência de indícios nesse sentido. É do ciclo em prosa que provém o essencial do conhecimento do romance arturiano que temos vindo a rastrear, sobretudo de finais do séc. XIV em diante, e será nessa sede que haverá que procurar a origem desse «Quea, o deribado».

57 Na realidade, não será necessário procurar muito. Quando é concebido o *Lancelot en prose*, a cena em que o senescal Keu tenta socorrer a rainha e vê os seus intentos frustrados é também retomada, só que noutra contexto e com

outros ingredientes. Desta vez é o próprio rei Artur que condena Guenièvre à morte, confundido, como estava, com a falsa Guenièvre que ocupara o lugar da rainha legítima. Logo que a sentença é proferida, o primeiro a avançar é exactamente o senescal Keu, que toma o partido de Guenièvre e tenta evitar que tão dura decisão se concretize. É uma atitude muito grave e séria, porque implica pôr em causa a autoridade do rei e assumir uma posição de directa rebeldia.

58 Mas Keu não virá a conhecer as consequências directas desse seu acto porque Lancelot, suspeitando que o colação do rei não teria capacidade suficiente para assumir a defesa da rainha – eco seguro do primitivo episódio de Chrétien –, o afasta desse papel, propondo-se assumi-lo ele mesmo. No texto francês da Vulgata a que maioritariamente se tem acesso, Lancelot age com indisfarçável decisão no afastamento de Keu do papel que este se propunha desempenhar, embora não vá ao ponto de o ofender fisicamente<sup>73</sup>.

59 Há todavia versões em que essa acção conhece um desenvolvimento mais incisivo, traduzindo-se num afastamento de tal modo abrupto de Keu que leva a que a sua cabeça embata com violência na cabeça de um outro cavaleiro. É exactamente o que se passa no texto castelhano do *Lançarote de Lago*, onde nem mesmo falta o uso do verbo «derribar»:

[...] e Lanzarote se erguio luego con gran saña e semejava a todos que fuego le salia por las astas e iba ronpiendo por la priesa e non cataba honra de ninguno antes enpujaba reyes e duques e condes e quantos alcanzaba de manos e onbros e de brazos fasta que llego aquel que dixo que faria la vatalla [Quea] e enpujolo tan de recio que por pocas lo derribo en tierra; e Quea fue muy sañudo e desi parose ante Lanzarote; e el otrosi enpujolo tan de recio que le fizo dar com la cabeza en la cabeza de outro [...]<sup>74</sup>.

60 Note-se que esta versão do episódio não é forjada na Península, porque se pode encontrar quase literalmente num manuscrito que, até ao momento, é dos poucos a transmitir extensamente uma versão francesa do *Lancelot en prose* próxima da que circulou em ambiente ibérico. Confrontando ambos os textos, a singularidade mais notável que encontramos no processo de tradução é mesmo a utilização pelo texto ibérico do verbo «derribar», que traduz o francês «boter/bouter»<sup>75</sup>, o que permite relacioná-lo directamente com o episódio de Fernão Lopes. Ou seja, tendo em vista a intensidade da agressão de que fora alvo, o público encontraria certamente nesta cena motivos suficientes para qualificar Queia como «o derribado», tal como sucede no diálogo transcrito na crónica.

61 Este facto torna plausível que em Portugal, ao tempo de Fernão Lopes, circulasse uma versão do *Livro de Lancelot* muito próxima da conhecida em castelhano, vindo confirmar uma vez mais o que já tem sido apurado no tocante à identificação dos textos arturianos a que realmente os públicos ibéricos, sobretudo de Portugal e de Castela, tiveram acesso no final da Idade Média. Seria conhecido em Portugal o próprio texto castelhano, possibilidade que explicaria a associação entre Quea e o «deribar» provocado por Lancelot, ou haveria uma tradução portuguesa coincidente com a castelhana neste preciso ponto? Não é possível decidir num sentido ou noutro com os dados actualmente existentes. O que é certo é que a evocação deste episódio arturiano por Fernão Lopes nos ajuda a entrever o modo como esse romance era lido e entendido em meios portugueses.

62 Independente da justeza dos motivos que o levam a agir – a defesa da verdadeira rainha –, a atitude assumida por Keu e por Lancelot é julgada sem contemplos e colocada em paralelo com a deslealdade de Lopo Gomes de Lira e de Gonçalo Lopes de Goyaães. Não é possível passar em claro que o

destino a que Guenièvre fora votada era exactamente o mesmo do qual os cavaleiros portugueses se haviam salvado por pouco, ou seja, o castigo pelo fogo! É nesse contexto que se compreendem as palavras do escudeiro, que rapidamente se isenta do erro de deslealdade perante o rei induzido pelo nome que lhe haviam dado no baptismo. Já as palavras de Gonçalo Lopes, embora assumidas com alguma ironia perante um simples cavaleiro que ostentava um nome tão sonante, não podem deixar de representar uma assunção de culpa do erro de rebeldia contra o rei de Portugal, querendo significar que nem naquele momento extremo se arrependia do partido assumido...

## O fim do torneio medieval...

63 Embora não contemos em ambiente ocidental com receptores do romance arturiano da dimensão de um Lopo García de Salazar<sup>76</sup>, achamos em Fernão Lopes um leitor atento desta literatura, e sobretudo sensível às subtilezas do seu enredo. Em todo o caso, é aquele cujo testemunho sobre a recepção do romance arturiano é mais relevante e extenso, o que não deixa de ser significativo do mundo em que o grande cronista escreve. Na realidade, por meados do séc. XV, afirmava-se já no panorama europeu uma concepção do poder régio, e das relações institucionais determinadas a partir deste poder, que se afastava decisivamente do carácter contratual e vassálico das relações sociais e políticas tecidas em torno de uma realeza fraca e muito condicionada, ideias preponderantes no romance arturiano. Os regimentos de príncipes substituíam decisivamente a literatura ficcional no papel de imagem da organização do poder e eram cada vez mais retomados os modelos imperiais da antiguidade como referência activa e digna de ser seguida. Fernão Lopes está ainda demasiado ligado ao passado senhorial e cavaleiresco ibérico e europeu para poder passar ao lado do fascínio do enredo arturiano, que de um modo tão persuasivo retratava os comportamentos aceitáveis ou censuráveis dessa sociedade, sobretudo no relacionamento entre o rei e os seus vassallos.

64 Pouco tempo depois de Fernão Lopes ter concluído a sua magna crónica, um outro intelectual português, cujo trajecto terá sido singularíssimo, pronunciava-se sobre este tema de um modo muito decidido e totalmente oposto à sensibilidade revelada pelo cronista de D. Duarte. Referimo-nos a Vasco de Lucena<sup>77</sup>, à época secretário da corte de Carlos, o Temerário, a quem se deve uma tradução para francês da biografia de Alexandre, de Quintus Curtius Rufus, cuja notoriedade veio a ser amplamente merecida. No prólogo que apõe à sua obra, este homem de letras formado em ambiente português justifica a necessidade de retornar ao texto latino e dar desse texto uma versão diferente das que corriam, argumentando da seguinte forma:

*Moult donc est utile ceste histoire qui nous aprent au vray comment Alixandre conquist tout Orient et comment ung autre prince le peut arriere conquerer sans vollen en aer, sans, sans aller soubz mer, sans enchantements, sans geants et sans estre si fort comme Raignault de Montauban, comme Lancelot, comme Tristan ne comme Raynouart qui tuoit cinquante hommes coup à coup [...]78.*

65 Na realidade, por trás de uma alegação de fantasia e de irreabilidade que estaria associada a heróis de outrora, como Tristan ou Lancelot, o que se revela é a percepção de um desajustamento fundamental entre o quadro em que essas personagens se movem e as exigências do mundo social e político para o qual o escritor escreve. Poderia alegar-se que Vasco de Lucena se dirigia a um público



borgonhês, em todo o caso alheio à sensibilidade dominante em Portugal. Mas é um facto que os testemunhos da recepção do romance arturiano em Portugal são escassos após Fernão Lopes, embora a escrita, nos diversos quadrantes sociais, fosse crescendo notavelmente em quantidade. Não passa despercebido que Gomes Anes de Azurara, mesmo redigindo biografias senhoriais, se escusou de fazer uso da evocação de personagens ou de cenários arturianos, procedendo assim numa linha afim da enunciada pelo secretário borgonhês, claramente de natureza pré-humanista, para a qual só os exemplos da Antiguidade tinham autoridade<sup>79</sup>. Se não errámos, é mesmo a essa sensibilidade dominante nos meios portugueses que Ruy de Pina se refere, quando declara, na *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, o seguinte, no contexto da descrição da viagem daquele rei a França:

E ao outro dia foy aa Vylla, que na Estoria antiga disem se chamava *Ageosa Guarda*, onde agora está huma grande e devota Abadia de Sam Bento, cujo Abade mostrou a El Rey hum muy rico e antygo *livro da Estoria de Lançarote e Tristam*, por ventura mais verdadeira do que cá se magina<sup>80</sup>.

<sup>66</sup> Isto significa que, mesmo posta em causa na sua credibilidade e funcionalidade, a literatura arturiana tinha ainda os seus adeptos, e continuaria a tê-los de uma forma renovada, embora também transfigurada, quando os «livros de cavalarias»<sup>81</sup> fizerem a sua aparição em pleno século XVI<sup>82</sup>.

<sup>67</sup> Traçado este panorama, voltamos à questão formulada atrás: a que livros e enredos da matéria arturiana tiveram os públicos do reino ocidental da Ibéria acesso no final da Idade Média? Procedendo a um restreio meramente numérico, no conjunto de treze excertos narrativos identificados torna-se saliente que a personagem mais vezes evocada é Lancelot (6x), seguido de Tristan (5x) e do rei Artur (4x). Queia, Galvam, Galaaz<sup>83</sup> e a Joiosa Guarda, com duas ocorrências cada, são as únicas personagens ou locais emblemáticos que escapam à referência única e esporádica. De notar, contudo, que se Lançarot e Tristan comparecem sempre como protagonistas gerais da *estória*, agentes de alguma acção ou comparados com personagens que se revêem nos respectivos perfis cavaleirescos ou amatórios, isso não sucede com o rei Artur, que em dois dos casos não mais é do que referente geral de uma época: «em tempo de rei Artur». Na realidade, só o Conde D. Pedro se lembra de evocar a morte do mítico rei, embora não o faça tendo como fonte principal o romance em prosa, do qual não retira mais do que elementos pontuais, mas sim o *Roman de Brut* lido por intermédio do *Libro de las Generaciones*. De facto, se uma «arturiada», sob a forma de romance arturiano, alguma vez existiu em Portugal, centrada nas desventuras e no infausto destino do velho rei, atrevemo-nos a adiantar que ninguém assim o entendeu...

<sup>68</sup> Mais singular ainda é o que sucede com o Graal, tema ao qual a esmagadora maioria da crítica associa inevitavelmente o romance arturiano em Portugal, como se nessa associação houvesse uma espécie de necessidade histórica oculta. Aí, os testemunhos são ainda mais eloquentes, porque os exemplos identificados nem uma vez aludem ao Santo Vaso, deixando a sua existência numa incómoda penumbra. E tudo se torna mais perturbador quando nos apercebemos que o texto mais conhecido como sede dessa temática é referido seguramente três vezes<sup>84</sup>. Só que esse livro não é designado com referência ao Graal mas sim como «Livro ou Estória de Galaaz», que é uma designação corrente na Idade Média, como já atrás deixámos dito. Será pelo menos muito estranho que um ciclo concebido como simultânea exposição de dois temas – o trágico destino do rei Artur e a aventura do Santo Graal, como pretendeu Fanni

Bogdanow – não tenha deixado, nos escritos dos atentos leitores coevos, traços convincentes do primeiro, e tenha passado pelo total silêncio o segundo. Tal verificação, apoiada na forma como tal conjunto de romances era entendido pelos públicos que os leram ou escutaram durante a Idade Média, é mais um argumento, a juntar aos de natureza textual ou interpretativa, para que se reformule definitivamente a teoria da constituição cíclica.

69 Na realidade, à excepção da *Estória do Santo Graal*, todos os livros que compõem o ciclo estão representados na amostra. Ainda assim, aquele que parece mais favorecido é o *Livro de Tristan*, fonte provável de cinco a oito das ocorrências, contra as três ou quatro do *Livro de Galaaz*, uma a três do *Livro de Lancelot* e uma ou duas do *Livro de Merlin*. A posição cimeira da personagem Lancelot nestas referências deve-se certamente à difusão do *Livro de Tristan*, já que o filho do rei Bam de Benoiç aí ocupa também um papel de grande centralidade. Seja como for, essa posição de relevo não deixa de manifestar a grande familiaridade que os públicos do final da Idade Média tinham com aquela que era, na nossa opinião, a figura central de toda a *estória*.

70 À vista destes dados, não nos restam dúvidas de que o público português conheceu, desde finais do séc. XIII, um conjunto de livros arturianos bem articulados entre si, cujo eixo central era a figura de Lancelot e o livro que lhe correspondia – o *Ciclo do Pseudo-Boron*. Mesmo que nessa extensa matéria narrativa a presença da realeza arturiana fosse incontornável e que a necessidade de obtenção do favor divino fizesse aparecer no horizonte uma aventura de natureza espiritualizante, aos olhos dos contemporâneos este mundo era, e seria sempre, o da cavalaria, ou seja, o da idealização aristocrática da função guerreira. Embora os exemplos tratados sejam poucos e a sua dimensão muito limitada, parece afirmar-se a tendência para que, numa fase mais recuada, essa função militar do cavaleiro seja evocada em estreita correlação com a aventura amorosa – onde a interferência dos códigos tanto literários e linguísticos como comportamentais oriundos dos trovadores se fazem pesadamente sentir –, para, num período posterior, começarem a aflorar evocações da acção da cavalaria arturiana que trazem consigo implicações ético-políticas, nomeadamente a inevitável reprovação da conduta de Lancelot pelo atentado que representava à realeza de Artur. É por este lado que a Idade Média assiste à ascensão e queda do mais notável herói arturiano.

---

## Notes

1 Père Bohígas BAAGUER (ed.), *El baladro del Sabio Merlín según el texto de la edición de Burgos de 1498*, 3 vol., Barcelona: Selecciones Bibliófilas, Segunda Serie, 1957-1962; a reedição da edição de Sevilha foi realizada por Adolfo BONILLA Y SAN MARTÍN (ed.), *El baladro del Sabio Merlín, primera parte de la Demanda del Sancto Grial*, Madrid: Nueva Biblioteca de Autores Españoles, 1907. O texto de ambas as edições pode ler-se agora em Tracy VAN BISHOP (ed.), *A Parallel Edition of the Baladro del sabio Merlín: Burgos 1498 and Seville 1535*, Madison: University of Wisconsin-Madison, 2002 (dissertação académica).

2 Apenas a edição de 1535 foi objecto de uma reedição no séc. XX:A. BONILLA Y SAN MARTÍN (ed.), *La Demanda del Sancto Grial con los maravillosos fechos de Lanzarote y de Galaz su hijo. Segunda parte de la Demanda del Sancto Grial*, Madrid: Nueva Biblioteca de Autores Españoles, 1907. A edição de 1515 permanece inacessível ao público.

3 A edição de uma parte substancial do texto ocorreu em Karl von REINHARDSTÖTTNER, *Historia dos cavaleiros da Mesa Redonda e da demanda do Santo Graal*, Berlin: A. Haack, 1887, tendo a versão integral vindo a público em 1944 (3 vol., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional) por iniciativa de Augusto MAGNE. Desde

então, uma nova edição deste último estudioso (2 vol., 1955-1971), uma outra de Joseph-Maria PIEL e de Irene Freire NUNES (Lisboa: INCM, 1988) e, finalmente, as de Irene Freire NUNES (Lisboa: INCM, 1995, 1ª ed.; 2000, 2ª ed.; e 2005, 3ª ed.) têm assegurado o acesso ao texto por parte de sucessivas gerações de interessados.

4 Este romance conheceu uma edição paleográfica, realizada nos anos sessenta por Henry Hare CARTER, *The Portuguese Book of Joseph of Arimathea*, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1967. Embora de leitura penosa para os não-filólogos, esta edição tem auxiliado os investigadores mais afadigados na matéria arturiana a conhecer este importante testemunho do romance. Também Ivo CASTRO, na sua inédita tese de doutoramento, *Livro de José de Arimateia (estudo e edição do cod. ANTT 643)*, Lisboa, 1984 (dissertação policopiada), procede à edição dos quarenta e oito primeiros fólios do manuscrito, de um total de trezentos e onze. Está em curso uma edição integral deste romance a cargo de uma equipa constituída por Isabel CORREIA, Simona AILENII, Ana Sofia LARANJINHA e José Carlos Ribeiro MIRANDA.

5 Cf. Antonio CONTRERAS MARTÍN e Harvey L. SHARRER (ed.), *Lanzarote del Lago*, Madrid: Centro de Estudios Cervantinos, 2006.

6 Dado a conhecer por Père BOHÍGAS BALAGUER, «El Lanzarote Español del manuscrito 9611 de la Biblioteca Nacional», *Revista de Filología Española*, 11, 1924, p. 282-297, deve-se a H. SHARRER uma primeira transcrição do conjunto do manuscrito disponível na Web. Embora praticamente ausente da teoria explicativa sobre o ciclo arturiano ibérico enunciada por Fanni BOGDANOW, *The Romance of the Grail. A Study of the Structure and Genesis of a Thirteenth-Century Arthurian Prose Romance*, Manchester: Manchester University Press, 1966, este texto vem a suscitar alguma atenção da filóloga de Manchester em *ead.*, «The Madrid Tercero libro de don Lançarote (ms. 9611) and its Relationship to the Post-Vulgate *Roman du Graal* in the Light of a Hitherto Unkwon French Source of One of the Incidents of the Tercero Libro», *Bulletin of Hispanic Studies*, 76, 1999, p. 441-52, na sequência da descoberta em Itália de alguns fragmentos arturianos que apresentam afinidades óbvias com a parte terminal do *Lançarote de Lago* (Monica LONGOBARDI, «Frammenti di Codici in Antico Francese dalla Biblioteca Comunale di Imola», *Cultura Neolatina*, 47, 1987, p. 223-255; *ead.*, «Nuovi Frammenti della *Post-Vulgata*: la *Suite*, la Continuazione della *Suite du Merlin*, la *Queste* e la *Mort Artu* (com l'intrusione del Guiron)», *Studi Mediolatini e Volgari*, 39, p. 119-155). Embora o *Lançarote de Lago* do ms. 9611 da BNM tenha ultimamente sido objecto da atenção de estudiosos, entre os quais se salienta António Contreras Martín, as nossas observações sobre este romance ao longo do presente trabalho apoiam-se no aprofundado inquérito, voltado tanto para a organização cíclica como para a relação do manuscrito com o horizonte textual francês, levado a cabo por Isabel Sofia Calvário CORREIA, *Do Lancelot ao Lançarote de Lago. Tradição Textual e Difusão Ibérica do ms. 9611BNE*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011 (dissertação policopiada). Nesse linha de orientação, ver ainda A. S. LARANJINHA, I. CORREIA e J. C. Ribeiro MIRANDA, «O ciclo do Pseudo-Boron à luz da mais recente investigação em Portugal», in: Lênia Márcia MONGELLI (org.), *E fizeram taes maravilhas... Histórias de Cavaleiros e de Cavalarias*, São Paulo: Ateliê, 2012, p. 233-264.

7 Uma síntese das teorias e afirmações sobre a divulgação do romance arturiano na Península Ibérica correntes na crítica dos primeiros tempos, muitas vezes repassadas de considerações étnicas, preconceitos nacionalistas e de apriorismos culturais, pode ler-se em William ENTWISTLE, *A Lenda Arturiana nas Literaturas da Península Ibérica*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1942. Abordagens mais recentes em María Rosa LIDA DE MALKIEL, «Arthurian Literature in Spain and Portugal», in: R. S. Loomis (ed.), *Arthurian Legend in the Middle Ages. A Collaborative History*, Oxford: Oxford University Press, 1959, p. 406-418; Luciano ROSSI, *A Literatura Novelística na Idade Média Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, p. 39-75. Embora de propósitos limitados, o quadro traçado por Diego CATALÁN, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid: Editorial Gredos, 1962, p. 382-400, é preciso e objectivo na transmissão do que se sabia à época.

8 Até há bem pouco tempo, a tarefa de averiguar as relações textuais dos testemunhos ibéricos com os franceses havia recaído quase exclusivamente no labor intenso de F. BOGDANOW. Dentre a vastíssima bibliografia desta investigadora, salientamos: «Éssai de classement des manuscrits de la *Suite du Merlin*», *Romania*, 81, 1960, p. 188-198; *ead.*, «The Post-Vulgate *Mort Artu* and the textual tradition of the Vulgate *Mort Artu*», in: *Estudios Romanicos Dedicados al Profesor Andrés Soria Ortega*, Granada: Universidad de Granada, 1985, p. 273-290; *ead.*, «The relationship of the portuguese and spanish *Demandas* to the extant french manuscripts of the Post-Vulgate *Queste del*

*Saint Graal*», *Bulletin of Hispanic Studies*, 52, 1975, p. 13-32; *ead.*, «The relationship of the Portuguese *Josep Abarimatia* to the extant French MSS. of the *Estoire del Saint Graal*», *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 76, 1960, p. 342-375.

9 José L. PENSADO TOMÉ (ed.), «Fragmento de um *Livro de Tristan* galaico-português», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Anejo 14, 1962.

10 ... da qual só emergiu muito recentemente, graças aos esforços do investigador português Pedro Pinto, que o realocizou no Archivo Histórico Nacional de Madrid.

11 Embora dando corpo a polémicas nacionalistas que emergiam do complexo ideológico a que aludimos atrás (ver nota 7), Manuel Rodrigues LAPA, «A *Demanda do Santo Graal*. Prioridade do Texto Português», in: *Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval*, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982, p. 303-340, procurou estribar a desfesa da «prioridade dos textos arturianos galego-portugueses sobre os castelhanos» numa cuidada análise linguística, orientação seguida também por Cedric Edward PICKFORD, «La Priorité de la version portugaise de la *Demanda do Santo Graal*», *Bulletin Hispanique*, 62, 1961, p. 211-216, e ainda por F. BOGDANOW, «Old Portuguese seer in car teudo and the Priority of the Portuguese *Demanda do Santo Graal*», *Romance Philology*, 28, p. 48-51.

12 Extensa abordagem do assunto em I. Correia, *Do Lancelot...*, p. 38-71.

13 Amadeo-J. SOBERANAS (ed.), «La version galaico-portugaise de la *Suite du Merlin*», *Vox Romanica*, 38, 1979, p. 177-178.

14 Pilar LORENZO GRADÍN e José António SOUTO CABO (ed.), *Livro de Tristan e Livro de Merlin. Estudio, edición, notas e glosario*, Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro/Xunta de Galicia, 2001. De salientar também Santiago GUTIERREZ GARCÍA e P. LORENZO GRADÍN, *A Literatura Arturica en Galicia e Portugal na Idade Media*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2001.

15 Objectivo de investigação que foi proposto, sob a forma de projecto de pós-doutoramento, por Simona Ailenii à Fundação para a Ciência e Tecnologia.

16 Dado a conhecer por Aida Fernanda DIAS, «A matéria da Bretanha em Portugal: relevância de um fragmento pergamináceo», *Revista Portuguesa de Filologia. Miscelânea de estudos in memoriam José G. Herculano de Carvalho*, 25 (1), 2007, p. 145-221. O texto foi objecto de uma colação aprofundada com exemplares das várias famílias da tradução manuscrita francesa em S. AILENII, «O arquétipo da tradução galego-portuguesa da *Estoire del Saint Graal* à luz de um testemunho recente», in: Maria do Rosário FERREIRA, J. C. Ribeiro MIRANDA e A. S. LARANJINHA (coord.), *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto: Estratégias Criativas, 2009, p. 129-156. Disponível em:

<http://seminariomedieval.com/guarecer/smo809/SimonaNET%5B1%5D.pdf>.

17 Com efeito, os fragmentos de Santo Tirso representam um texto com lacunas ostensivas e erros de tradução que não se encontram na versão do ms. 643 da Torre do Tombo. Sobre o assunto, ver S. AILENII, «O Arquétipo...» e, posteriormente, *ead.*, *Os Primeiros Testemunhos da Tradição Galego-Portuguesa do Romance Arturiano*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013 (dissertação policopiada).

18 Muito se especulou sobre este «Joan Vivas» ao logo do séc. XX até que os dados trazidos a público por Ivo CASTRO, «Sobre a Data da Introdução na Península Ibérica do Ciclo Arturiano da Post-Vulgata», *Boletim de Filologia*, 28 (1), 1983, p. 81-98, e ampliados por Leontina VENTURA, *A Nobreza da Corte de D. Afonso III*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, 2, p. 732-736, o vêm colocar no tempo de D. Sancho II e de D. Afonso III como membro de uma pequena linhagem da região da Coimbra ligada à corte régia.

19 O texto foi transcrito e colacionado com a parte correspondente dos ms. 751 da BNF e 9611 da BNM em I. CORREIA e J. C. Ribeiro MIRANDA, «Os Fragmentos A19 da BGUC e a Tradição Textual do Lancelot», in: M. do R. FERREIRA, J. C. Ribeiro MIRANDA e A. S. LARANJINHA (coord.) *Seminário Medieval 2009-2011*, Porto: Estratégias Criativas, 2011, p. 13-46. Disponível em:

<http://www.seminariomedieval.com/guarecer/sm0911/2%20Correia%20Miranda%20BGUC%20%28pp.%2013-48%29.pdf>.

20 Cf. Avelino Jesus da COSTA, *Fragmentos Preciosos de Códices Medievais* (edição original de 1942), Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992, p. 53-134; Arthur ASKINS, Aida DIAS & H. SHARRER, *Fragmentos de Textos Medievais Portugueses da Torre do Tombo*, Lisboa: INR/TT, 2002.

- 21 Cf. A. CONTRERAS-MARTÍN & H. SHARRER, *Lanzarote...* (introdução); I. CORREIA, *Do Lancelot...*; uma porção deste manuscrito foi recentemente publicado por I. CORREIA, «Da “Fausse Guenièvre” do ms. 751BNF à “Falsa Ginebra” do ms. 9611BNE», *e-Humanista*, 23, 2013, p. 379-489.
- 22 Sobre as designações adoptadas para identificar os romances arturianos peninsulares, ver o que dizemos adiante.
- 23 Cf. D. CATALÁN, *De Alfonso X...*, p. 397-398.
- 24 ...ideia defendida por Isabel BECEIRO PITA, «Modas estéticas y relaciones exteriores: la difusión de los mitos artúricos en la Corona de Castilla (s. XIII – comienzos s. XVI)», *En la España medieval*, 16, 1993, p. 135-167.
- 25 H. CARTER (ed.), *The Portuguese Book...*, p. 379.
- 26 Cf. Aires A. NASCIMENTO, «As voltas do *Livro de José de Arimateia*: em busca de um percurso, a propósito de um fragmento trecentista recuperado», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 5, 2008, p. 129-140. Esvai-se também o único argumento que apontava para uma hipotética tradução para leonês deste romance.
- 27 Preferimos adoptar para este romance a designação próxima da francesa que se pode encontrar na *Crónica de 1404* – «*Estoria del Sancto Grayal et de rrey Artur*» (José Ignacio PÉREZ PASCUAL (ed.), *Crónica de 1404*, Salamanca: Universidad de Salamanca, 1990, 2, p. 103) –; no *Lançarote de Lago* do ms. 9611, fol. 311r<sup>o</sup> – «*Gran História del Santo Grial*» –; ou ainda no fólio final do ms. 643 do ANTT, onde o livro é identificado unicamente como «*Estorea do Greal*». Mesmo que em alguns destes casos a designação possa abranger outros textos, como sucede certamente na *Crónica de 1404*, nem por isso deixa de ser ajustada ao romance em causa. A designação «*Livro de José de Arimateia*», que se vulgarizou apenas do final da Idade Média em diante, não só não dá conta do conteúdo da obra – José de Arimateia é uma figura cuja acção é muito limitada, concentrando-se na parte inicial do romance –, como tem originado uma lamentável confusão, da qual os estudos arturianos não beneficiam minimamente, com a primeira parte da trilogia de Robert de Boron, denominada com propriedade *Joseph d'Arimathie*.
- 28 Designado *Valadro del Sabio Merlin* a partir da *Crónica de 1404*, provavelmente devido à sobrevalorização do episódio do encarceramento do mago e ao envolvimento amoroso que o rodeia, remontando ao ambiente trovadoresco galego-português, como se pode verificar adiante.
- 29 A esta conclusão chegámos já em J. C. Ribeiro MIRANDA, «A edição castelhana de 1535 da *Demanda del Sancto Grial*: o retorno de Excalibur às águas», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 1, 2004, p. 53-63, confirmado pelo inquérito que levámos a cabo no presente estudo.
- 30 Em espaço castelhano circulou, desde o séc. XIV, uma interessante versão do *Livro de Tristan*, conhecida como *Tristan de Leonís*, que nos parece alheia à organização cíclica, conquanto seja verdade que nenhuma versão do *Tristan en prose* se pode considerar independente do universo narrativo dominado pelo rei Artur e por Lancelot. Essa versão castelhana, para além de não coincidir textualmente com a matéria preservada no fragmento galego-português, desenvolve a sua narrativa de uma forma diferente da que se encontra nos romances cíclicos – Tristan não comparece no Pentecostes do Graal nem participa na busca do Graal; o rei Marc não invade o reino de Logres; é Lancelot que mata o tio de Tristan... –, tendo uma origem ainda insuficientemente averiguada. Sobre este texto, ver C. ALVAR y J. M. LUCÍA MEGÍAS, «Hacia el códice del *Tristán de Leonís* (cincuenta y nueve nuevos fragmentos manuscritos en la Biblioteca Nacional de Madrid)», *Revista de Literatura Medieval*, 11, 1999, p. 9-135; M<sup>a</sup> Luzdivina CUESTA TORRE, «*Tristán de Leonís*», in: C. ALVAR e J. M. LUCÍA MEGÍAS (coord.), *Diccionario filológico de literatura medieval española. Textos y transmisión*, Madrid: Castalia, 2002, p. 972-978.
- 31 «*Livro de Galaaz*» é a expressão utilizada na lista da Biblioteca de D. Duarte para designar este conhecido romance – cf. João José Alves DIAS (ed.), *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 207 –, o mesmo sucedendo repetidamente no *Lançarote de Lago* do ms. 9611 («*Libro de Don Galás*»). Sobre esta designação, que adoptámos por ser a mais antiga, ver I. CORREIA, «Em torno da circulação peninsular da matéria arturiana: o “*Libro de Don Galás*” e o “*Lanzarote del Lago*”», in: «*In Marsupiiis Peregrinorum*». *Circulación de Textos e Imágenes Alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media*, Firenze: Edizioni del Galluzzo, 2010, p. 455-470. No manuscrito de Viena o romance é identificado por meio de uma compósita expressão descritiva: «A História dos Cavalleiros da Mesa Redonda e

da Demanda do Santo Graal», vindo a vulgarizar-se o título «Demanda del Sancto Grial» nos manuscritos castelhanos do séc. XV e nos impressos do séc. XVI.

32 Cf. J. C. Ribeiro MIRANDA, *A Demanda do Santo Graal e o Ciclo Arturiano da Vulgata*, Porto: Granito, Editores e Livradores, 1998; e *id.*, *Galaaz e a Ideologia da Linhagem*, Porto: Granito Editores e Livradores, 1998. Embora algumas das ideias que defendemos coincidam com outras que foram outrora expressas por filólogos como Richard Heinzel e Edward Wechsler, a base textual, os conceitos, as formulações e as conclusões a que chegámos são de tal modo diferentes que se torna impraticável qualquer identificação desses aspectos de continuidade.

33 Ainda que não tenham sido objecto de uma atenção privilegiada, os romances arturianos exteriores ao *Ciclo do Pseudo Boron* foram tidos em consideração por Lourdes Soriano Robles em artigo publicado no presente volume.

34 A ideia de progressiva desarticulação de ciclos vastos e constituídos por romances extensos e dotados de alguma autonomia não é, de modo algum, contraditória com iniciativas isoladas de refazer, quase enciclopedicamente, essas totalidades em momentos precisos do final da Idade Média, como terá sucedido com o ms. 112 da BNF. Ver Cedric Edward PICKFORD, *L'évolution du roman arthurien en prose vers la fin du Moyen Age d'après le ms. 112 du fond français de la Bibliothèque Nationale*, Paris: Nizet, 1960, ou com *Le Morte d'Arthur* de Thomas Mallory.

35 O ambiente galego representado na *Crónica de 1404* parece só ter tido acesso à *Estória do Santo Graal*, ao *Livro de Merlin* («Valadro...») e ao *Livro de Galaaz*, conquanto este último não seja explicitamente referido (sobre o assunto, ver D. CATALÁN, *De Alfonso X...*, p. 393-396); a livraria de D. Duarte possuía o [*Livro de Merlin*, o *Livro de Tristan* e o *Livro de Galaaz* com estas exactas designações; na biblioteca de Isabel, a Católica, estavam presentes a *Estória do Santo Graal* («que habla de Josepe Avarimatin»), o *Livro de Merlin*, o *Livro de Lançarote* («Ystória de Lançarote»), e o *Livro de Galaaz* («Demanda del Santo Grial»). Ou seja, todos os livros que temos vindo a considerar se encontravam nas mais relevantes bibliotecas medievais, embora em nenhuma delas se achassem em conjunto.

36 Era esse o perfil do mítico rei na *Historia Regum Britanniae* (cuja circulação ibérica é tratada no presente volume por Fernando Gómez Redondo) ou no *Roman de Brut* que dele deriva, texto conhecido na Península desde muito cedo e usado na confecção de uma das versões do *Liber Regum*. Sobre o assunto, ver D. CATALÁN, *De Alfonso X...*, p. 370-381, e o artigo de Francisco Bautista publicado no presente volume.

37 A deriva negativa da figura do rei Artur será um dos vectores da constituição do «ciclo do Pseudo-Boron», cujo ponto de partida se encontra exactamente na versão do *Lancelot* contida no ms. 751 da BNF. Sobre o assunto, ver A. S. LARANJINHA, *Artur, Tristão e o Graal. A Escrita Romanesca no Ciclo do Pseudo-Boron*. Porto: Estratégias Criativas, 2010, p. 240-303; I. CORREIA, «A Queda da Orgulhosa Guarda e a “Mescheance”: Um outro relato do Lancelot em Prose», in: *Seminário Medieval 2007-2008*, p. 157-186 (Disponível em: [http://seminariomedieval.com/guarecer/smo809/IsabelNET%20definitivo%20\\_23.3.2008\\_%5B1%5D.pdf](http://seminariomedieval.com/guarecer/smo809/IsabelNET%20definitivo%20_23.3.2008_%5B1%5D.pdf)); e ainda I. CORREIA, A. S. LARANJINHA e J. C. MIRANDA, «O Ciclo do Pseudo-Boron...».

38 No contexto da renovação dos estudos sobre a constituição do «ciclo do Lancelot-Graal» (designação que, com satisfação, vemos ser de novo usada com frequência), Elspeth KENNEDY, *Lancelot and the Grail, a study of the Prose Lancelot*, Oxford: Clarendon Press, 1986, ocupa um lugar primordial, defendendo que o primitivo *Lancelot en prose* não se destinava a ser parte de um ciclo, tendo esse plano de expansão da matéria ocorrido só posteriormente, ideia a que aderimos desde início sem qualquer reserva. Sobre este tema, ver o artigo de Isabel Correia publicado no presente volume.

39 Cf. Rafaela SILVA, «Lancelot na Contra-Luz do rei David», in: *Seminário Medieval 2009-2011*, p. 71-94. Disponível em <http://seminariomedieval.com/guarecer/smo911/5%20Rafaela%20rei%20David%20%28pp.%2071-94%29.pdf>.

40 Referimo-nos à mal entendida *Estória do Santo Graal*, que termina, no texto português, com a taxativa declaração: «[...] e agora se cala a estorea de todas estas lições que se Çelidones sairão [...]». H. CARTER (ed.), *Livro Português...*, p. 379. Celidones é o antepassado de referência da linhagem de Lancelot e Galaaz.

41 Sobre o sentido e a forma da parte final do ciclo do Pseudo-Boron, ver J. C. MIRANDA, *Galaaz...*, p. 222 e seguintes.

- 42 A articulação da matéria tristaniana no seio do *Ciclo do Pseudo-Boron* é extensamente tratada em A. S. LARANJINHA, *Artur, Tristão...*, p. 45-416.
- 43 Cf. I. CORREIA, *Do Lancelot...*, p. 269-271.
- 44 As traduções peninsulares acentuarão ainda mais esta dimensão ao atribuírem aos principais cavaleiros do título de «Dom».
- 45 Cf. F. BOGDANOW, *The Romance...*, p. 197 e ss.; p. 1 e ss, respectivamente.
- 46 Referimo-nos, naturalmente, à inserção da chamada «Folie Lancelot» na construção cíclica.
- 47 Cf. I. CORREIA, *Do Lancelot...*, p. 222 e ss.
- 48 Cf. Jean-Marie D'HEUR, «De Caradoc à Caralhote. Sur une pièce obscure de Martin Soares et son origine française presuée», *Marche Romane*, 23-24, 1973-74, p. 251-264.
- 49 Cf. S. GUTIERREZ GARCÍA, «A corte poética de Afonso III o Bolonhês e a matéria da Bretanha», in: *Actas do Simpósio Internacional sobre a Lírica Medieval Galego-Portuguesa*, Birmingham: Universty of Birmingham, 1998, p. 108-123; S GUTIERREZ & P. LORENZO, *A Literatura Arturica...*, p. 13 e ss.
- 50 O mais recente balanço destes testemunhos foi já ensaiado por H. SHARRER, *A Critical Bibliography of Hispanic Arthurian Material*, London: Grant & Cutler, 1977.
- 51 Cf. Walter PAGANI, *Il Canzoniere di Estevan da Guarda*, Pisa: Pacini Editore, 1971, p. 58-59; António Resende de OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa: Edições Colibri, 1994, p. 329-330. Embora activo desde os finais do séc. XIII, esta figura apenas virá a falecer em 1264. Todavia, atendendo ao modo como comparece nas compilações, Oliveira situa a sua actividade «nos fins do séc. XIII ou na primeira metade do séc. XIV».
- 52 Cf. Fernanda TORIELLO, *Fernand'Esquyo, Le Poesie*, Bari: Adriatica Editrice, 1976, p. 42-43; A. R. OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo...*, p. 336.
- 53 A descrição detalhada do percurso da Besta Ladrador pode ler-se em A. S. LARANJINHA, *Artur, Tristão...*, p. 131-238.
- 54 Referimo-nos às cinco composições transmitidas pelo ms. Vat. lat. 7182, fol. 276v<sup>o</sup>-277r<sup>o</sup>, cuja ordenação é a mesma que se acha no Cancioneiro da Biblioteca Nacional. Bibliografia detalhada sobre estes textos no estudo de Pilar LORENZO GRADÍN publicado do presente volume.
- 55 Estes textos fazem-se acompanhar nos testemunhos que as transmitem de epígrafes que podem revelar alguma pertinência para o nosso tema: Em B1/L1 declara-se: «Este lais fez Elis, o Baço, que foi Duc de Sansonha, quando pasou aa Gran Bretanha, que ora chaman Ingraterra. E pasou lá no tempo de Rei Artur, pera se combater con Tristam, porque lhe matara o padre em ãa batalha. E andando un dia em sa busca, foi pela Joyosa Guarda u era a rainha Iseu de Cornoalha. E viu-a tam fremosa que adur lhe poderia omen no mundo achar par. E namorou-se enton dela e fez por ela este laix». Em B3/L3 diz-se apenas: «Dom Tristan, o namorado, fez esta cantiga [...]». B4/L4 não contém epígrafe relevante para os nossos propósitos, para além de uma isolada referência a Tristan.
- 56 B2, C2: «Esta cantiga fezeron quatro donzelas a Marot d'Irlanda, em tempo de Rei Artur, porque Marot filhava todalas donzelas que achava em guarda dos cavaleiros, se as podia conquerer deles, e enviava-as pera Irlanda, pera seeren sempre em servidon da terra. E esto fazia el porque fora morto seu padre por razom de ãa donzela que levava em guarda». Embora presente no *Tristan en prose*, a narrativa que indica que Morholt cativava as donzelas da Cornualha (cf. R. L. CURTIS (ed.), *Le Roman de Tristan en Prose*, Munich: Max Hueber, 1963, 1, p. 147) não contém as motivações indicadas na epígrafe do lais. Por outro lado, a referência feita nos *Baladros* castelhanos a essas motivações do Morholt, não coincidindo inteiramente com a que se acha na epígrafe, tem com esta alguma afinidade: «Esto hacía por su padre y por sus dos hermanos que eran buenos caballeros, que fueron muertos en un torneo, por juicio que dueñas y doncellas dieron en el reino de Londres. Así que todas las dueñas y doncellas que podía haber, las hacía meter en prisión en Irlanda» (T. VAN BISHOP (ed.), *A Parallel Edition...*, p. 344). Além disso, nenhum desses elementos de conteúdo se encontra nas versões francesas conhecidas (cf. Gilles ROUSSINEAU (ed.), *La Suite du Roman de Merlin*, Genève: Droz, 1996, 2, p. 370 e 378). Tal facto leva a ponderar a hipótese de esse conteúdo já constar, de uma forma mais ou menos desenvolvida, nos protótipos franceses da *Suite du Merlin*, do *Tristan en prose*, ou de ambos, que assim se

apresentariam mais amplos do que as versões nessa língua actualmente existentes; ou então terem esses elementos explicativos sido uma incorporação ibérica operada a partir de conhecimentos exteriores ao ciclo. Em qualquer dos casos, é visível a intenção de realizar uma ligação mais profunda entre o *Livro de Merlin* e a matéria do *Livro de Tristan*. Sobre o assunto, ver o estudo de Pilar Lorenzo Gradín no presente volume e ainda A. S. LARANJINHA, *Artur, Tristão...*, p. 49 e ss.

57 O episódio a que este fragmento se refere é conhecido através de uma porção de texto, a que Fanni Bogdanow chamou «Folie Lancelot», contido em dois manuscritos do *Tristan en Prose* (cf. F. BOGDANOW (ed.), *La Folie Lancelot. A Hitherto unidentified portion of the Suite du Merlin contained in mss. B.N. fr. 112 and 12599*, Tübingen: Max Niemeyer, 1965). Para a defesa da ideia de que essa porção de texto pertence de facto a uma versão do *Tristan en Prose*, ver A. S. LARANJINHA, *Artur, Tristão...*, p. 305 e ss.

58 Sobre o assunto, ver José MATTOSO, «A transmissão textual dos livros de linhagens», in: *id.*, *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2009, p. 267-283; Luís Filipe Lindley CINTRA (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa: Academia Portuguesa de História/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951, 1 (Introdução), p. clxxxiv-clxxxvi.

59 Cf. M. do R. FERREIRA, «Amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha. Apontamentos sobre o prólogo do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro», *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*, 35, 2012, p. 93-122.

60 Cf. I. NUNES (ed.) *A Demanda...*, p. 400 e 408. Sobre o assunto, ver o estudo de Francisco Bautista publicado no presente volume.

61 Esta matéria foi estudada aprofundadamente por D. CATALÁN, *De Alfonso X...*, p. 357-409, tendo os textos pertinentes sido editados em Diego CATALÁN & Soledad de ANDRÉS, *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que Ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid: Gredos, 1970.

62 José MATTOSO (ed.), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Portugaliae Monumenta Historica*, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, Nova Série, 2/1, 2E3, p. 90-91.

63 Sobre a breve associação entre Carlos Magno e a matéria arturiana presente na 1ª redacção da *Crónica de 1344* (ms. M), ver o estudo de Francisco Bautista publicado no presente volume.

64 A fonte arturiana do Conde diz o seguinte: «E sabede que aquela batalha pres galvam ùu tal golpe de que pois non pode guarir, ante o chagou aquela chaga a morte», I. NUNES (ed.) *A Demanda...*, p. 482. Sobre a diferença entre esta versão e a da *Mort Artu* Vulgata, ver o que é dito por I. CORREIA, «En torno da Circulação...», p. 465-469. De notar que o *Lançarote de Lago* do ms. 9611 reproduz quase literalmente estas alegações: «Y así fue que de una ferida que le dio don Lançarote, quando entró con el [don Galbán] en campo sobre la reina Ginebra murió, segund se cuenta en el libro de don Galás» (A. CONTRERAS-MARTÍN & H. SHARRER, ed., *Lanzarote...*, p. 385).

65 W. J. ENTWISTLE (ed.), *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte Segunda*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1977, p. 226. A edição utilizada para esta parte da crónica baseia-se, em todos os pontos citados, no ms. Add. 20 946 do British Museum.

66 Anselmo Braancamp FREIRE (ed.), *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte Primeira*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1977, p. 60 (reimpressão da edição do Arquivo Histórico Português, 1915).

67 «E com esto avia gram sabor e usava muyto de ouvir e leer livros destorias, especialmente usava mais leer a estoria de *Gallaaz*, em que se continha a soma da Tavola Redonda. E porque em ella achava que, per virtude de virgindade que em elle ouve e em que perseverou, *Gallaaz* acabara muytos grandes e notavees feitos que outros nom poderom acabar, elle desejava muyto de o parecer em algũa guisa», Adelino Almeida CALADO (ed.), *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1991, p. 8.

68 Cf. João Gouveia MONTEIRO, *Fernão Lopes Texto e Contexto*, Coimbra: Livraria Minerva, 1988, p. 81 e ss., onde se pode encontrar uma síntese bibliográfica do debate em torno da autoria da mencionada crónica; Teresa AMADO, *Fernão Lopes Contador de História. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa: Editorial Estampa, 1991, p. 67-175.

69 Conquanto sedutora e convincente, a prosa que António José SARAIVA, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa: Gradiva, 1988, p. 203-213, dedica a demonstrar o paralelismo da biografia de Galaaz com a de Nun'Alvares – sobretudo a



que se lê na *Crónica do Condestabre* –, o que é facto é que nem o *Livro de Galaaz*, nem qualquer contexto narrativo demonstrativo do seu uso, revelam intenção, por parte do autor, de estabelecer qualquer outro paralelo com aquele herói arturiano. A esta mesma conclusão parece chegar T. AMADO, *Fernão Lopes...*, nas densas páginas que dedica ao assunto.

70 Ed. W ENTWISTLE, p. 175-176, em itálico no original. Com base no ms. CIII/1-10 da Biblioteca Pública de Évora, «confrontado com o texto impresso em 1644 e versões quinhentistas da mesma crónica existentes nas bibliotecas da Universidade de Coimbra e Municipal do Porto», a edição preparada por M. Lopes de ALMEIDA e A. Magalhães BASTO, *Crónica de D. João I*, 2, Barcelos: Livraria Civilização, 1983, p. 187 transmite «Dō Galaz» onde no excerto transcrito se lê «Dom Galluaam».

71 Este vistoso episódio tem suscitado alguns comentários, entre os quais J. G. MONTEIRO, *Fernão Lopes...*, p. 124-125, e A. J. SARAIVA, *O Crepúsculo...*, p. 203-204.

72 W. ENTWISTLE (ed.), *Cronica...*, p. 37. Destaques originais.

73 Reproduzimos o texto segundo o ms. 752 da Bibliothèque Nationale de France editado por François MOSÈS, *Lancelot du Lac III. La Fausse Guenièvre*, Paris: Librairie Générale Française, 1998, p. 250: «*Et [Lancelot] vint la presse departant et chaz et airiez come celui qui point ne membroit de nulle chose forz de cele qu'il voloit reprendre, si ataint Kex le Seneschal de l'espaule en son venir la ou il se poroffroit de la bataille devant le roi si come vos avez oi. Et Kex se trestorne, si tient a mult grant desdaing ce que Lancelot l'avoit boté, si se remest devant lui par afit. Et cil le resache arriere, si li dit: "Ne vos en poroffrez onques de bataille, car vos ne la ferois pas ne chevaliers que caiens soit [...]"*». O mesmo autor oferece, no estudo introdutório da referida edição, um informado ponto da situação sobre a problemática actual do ciclo da Vulgata; nesta linha de abordagem, ver ainda Carol J. CHASE, «La fabrication du Cycle du Lancelot-Graal», *Bibliographical Bulletin of the International Arthurian Society*, 61, 2009, p. 261-278.

74 A. CONTRERAS-MARTÍN & H. SHARRER (ed.), *Lançarote de Lago*, p. 45. O destacado é nosso.

75 «*Il depart et deront la presse ne a nul home qu'il encontre ne porte honor, ains bote et rois et dux et cex qui ataint et de mains et de bras et d'espaules et vient a Keu, le seneschal, qui de la bataille se por offre, molt durement et il le bote si durement que par I pou qu'il ne porte a terre. Kex se ire molt durement et se remest tres devant Lancelot tout par afit et cil le bote si durement que par I pou que il et uns autres n'on les ielz crevez et voles de la teste*», ms. 751 da BNF, fol. 165r<sup>o</sup>II/165v<sup>o</sup>I. O destacado é de nossa responsabilidade.

76 Cf. H. SHARRER, *The Legendary History of Britain in Lope García de Salazar's Libro de las bienandanzas e fortunas*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1979; ver ainda o estudo de Ana Sofia Laranjinha publicado no presente volume.

77 Sobre este intelectual português que abandona o reino em 1429 para acompanhar D. Isabel, filha de D. Duarte, à Borgonha, ver Aires A. NASCIMENTO, «Vasco de Lucena», in: Giuseppe TAVANI & Giulia LANCIANI (coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho, 1993; Saul António GOMES, *D. Afonso V*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 146.

78 *Apud* Laurence HARF-LANCNER, «Le personnage d'Alexandre le Grand dans la littérature narrative française du XII<sup>e</sup> au XV<sup>e</sup> siècle: Mythe et roman», in: Pilar LORENZO GRADÍN (coord.), *Los caminos del personaje en la narrativa medieval*, Firenze: Edizioni del Galluzzo, 2006, p. 61-75, p. 73.

79 Uma sensibilidade anti-cavaleiresca, certamente hostil aos modelos veiculados pelo romance arturiano, está já bem expressa no célebre conselho do infante D. João, irmão do rei D. Duarte, sobre a guerra aos «mouros de Benamarym» (1433?), quando declara a sua opinião sobre a cavalaria e seus feitos: «A mym parece que caualaria e syso em todo no comuem porque suas regras som desvairadas, qa hua regra de syso diz que se non deue deixar çerto por o non çerto, a qual he contra a caualaria...», J. A. DIAS (ed.), *Livro dos Conselhos...*, p. 43.

80 «*Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*», in: M. Lopes de ALMEIDA, *Crónicas de Rui de Pina*, Porto: Lello e Irmão Editores, 1977, p. 587-881, p. 853. Esta crónica é redigida por volta de 1503.

81 Cf. Aurelio VARGAS DÍAZ TOLEDO, *Os Livros de Cavalarias Portugueses dos Séculos XVI-XVIII*, Lisboa: Pearlbooks, 2012, e ainda o estudo do mesmo autor incluído no presente volume.

82 Em 1496 é publicada em Lisboa, por Valentino de Morávia, uma *Estória do muy Nobre Vespasiano, Emperador de Roma*, de autor desconhecido. Em dado passo, o texto afirma: «Em quanto esteue na presam tomou ante si o sancto graao cõtinuadamente, o qual lhe enuiu nosso senhor Jhesu Christo, logo como foy na prisam, mas esto deixarõ estar: porque Jafel nõ no poera em esqueeçimento e fallara delle no liuro do sancto graao». Embora a crítica de antanho tenha encarado este texto como uma parte do ciclo arturiano, na realidade não mais é do que um avatar da *Vindicta Salvatoris*, texto latino muito conhecido desde o séc. XII que pode ter sido fonte do relato apócrifo sobre José de Arimateia também utilizado na *Estoire del Saint Graal*. Além disso, dessa *Estória de Vespasiano* existem versões francesas, nenhuma delas contemplando a alusão ao «graao» e ao seu livro, sem dúvida provenientes do ciclo arturiano. Estas mesmas referências, todavia, estão já nas versões castelhanas conhecidas, nomeadamente na que vê o dia em Toledo, no ano de 1492. Donde deve concluir-se que, se este texto documenta uma recepção do ciclo arturiano em prosa, essa recepção ocorreu em terras castelhanas, onde os textos não se equivocam e escrevem correctamente «greal». Cf. José Barbosa MACHADO, *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma*, 2ª ed., Braga: Edições Vercial, 2007.

83 Como vimos atrás, Galaaz pode eventualmente surgir três vezes, recuando Galvam para a referência única.

84 Ver os exemplos 7, 8 e 10. Poderão ser mesmo quatro referências se a Besta Ladrador do exemplo 2 de lá provier.

---

## ***Pour citer cet article***

### *Référence électronique*

José Carlos Ribeiro Miranda, « Lancelot e a recepção do romance arturiano em Portugal », *e-Spania* [En ligne], 16 | décembre 2013, mis en ligne le 17 décembre 2013, consulté le 13 octobre 2014. URL : <http://e-spania.revues.org/22778> ; DOI : 10.4000/e-spania.22778

---

## ***Auteur***

**José Carlos Ribeiro Miranda**  
U. Porto, SMELPS/IF/FCT

### *Articles du même auteur*

**Literatura artúrica y definiciones del poder en la edad media peninsular** [Texte intégral]

Paru dans *e-Spania*, 16 | décembre 2013

**Do *Liber regum* em Portugal antes de 1340** [Texte intégral]

Paru dans *e-Spania*, 9 | juin 2010

**O galego-português e os seus detentores ao longo do século XIII** [Texte intégral]

Paru dans *e-Spania*, 13 | juin 2012

**O argumento da linhagem na literatura ibérica do séc. XIII** [Texte intégral]

Paru dans *e-Spania*, 11 | juin 2011

**Avant-propos** [Texte intégral]

Paru dans *e-Spania*, 11 | juin 2011

---

## ***Droits d'auteur***

© e-Spania